



Fotos de Lourdes Grzybowski

tempo presença

publicação mensal do CEDI
número 176
julho/agosto de 1982

ELEIÇÕES EM PACOTES



Valdir Afonso

Temos aí as eleições. Ao que tudo indica os brasileiros terão oportunidade de escolher seus representantes e de lutar para a concretização deste direito, avançando sobre as muitas ambigüidades que ainda perduram.

A restauração da democracia plena, sendo anseio da grande maioria da população, torna-se passo imperioso para a definição das tendências políticas que se configuram no Brasil atual. Os candidatos na televisão, a propaganda política nas ruas e os debates que se sucedem nas universidades, associações e organizações eclesásticas demonstram o anseio desta maioria em participar mais ativamente do processo político.

Apesar de todos os casuísmos e manipulações que foram elaborados no sentido de neutralizar os efeitos da livre manifestação da vontade popular, existe hoje, de forma palpável, uma efervescência em busca do espaço perdido.

Estes são sinais de esperança. O povo sofrido e sempre afastado, está nas ruas para proclamar, aglutinar e coordenar a marcha de recomposição dos mecanismos democráticos. Mesmo que a configuração partidária não se apresente com a clareza desejada (afinal os "pacotes" surtiram seus efeitos), tudo indica que o processo eleitoral trará dividendos importantes para o crescimento dos movimentos populares que se constituem no grande vencedor dos períodos mais obscuros do autoritarismo.

Estamos publicando parte dos resultados de toda essa luta que se travou em condições tão precárias e adversas. Nosso setor de documentação apresenta uma síntese das cartilhas sobre as eleições produzidas pelos setores da Igreja mais comprometidos com a ação política na intenção de informar, mostrando seus pontos distintivos e sua pluralidade. Jether Ramalho apresenta uma visão dos rumos tomados nas discussões das Comunidades de Base sobre as eleições e a participação dos cristãos católicos de maneira atuante e dinâmica, procurando resguardar a especificidade de sua luta própria.

Os metodistas, através de seus bispos, elaboraram um documento onde proclamam a também necessidade de uma participação ativa e mais definida em relação aos deserdados, aos pobres.

Finalmente um trabalho do Padre Beozzo sobre as medidas governamentais que foram gradativamente alterando o jogo eleitoral e afastando a livre manifestação popular. Excelente trabalho para que se recorde o quanto as facções autoritárias ainda fazem para manter a situação e impedir o redirecionamento da vida pública.

Por outro lado é animador perceber que em diferentes regiões do País, embora com matizes variadas, os movimentos populares e setores da Igreja se unem na busca de uma sociedade melhor.

publicação mensal do CEDI
número 176
julho/agosto de 1982

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Paulo Ayres de Matos
Letícia Cotrim
Heloisa Martins
Aluisio Mercadante
Zwinglio Mota Dias
Neide Esterei
Jether Ramalho
Carlos Rodrigues Brandão
Elter Dias Maciel

Fotolitos e Impressão
Clip - Rua do Senado, 200
Tel. 252-4610

Composição
Robertom
Rua Senador Dantas, 76, gr. 207
Tel. 220-3029

Assinatura anual: Cr\$ 2.000,00
Remessa em cheques pagáveis no
Rio para Tempo e Presença
Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 Rio de Janeiro, RJ

Publicação mensal
Registro de acordo com a
Lei de Imprensa

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 fundos
Telefone 205-5197
22241 Rio de Janeiro, RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 667273
01238 São Paulo, SP

Editor Geral
Elter Dias Maciel

Redatores
Carlos Cunha
Rubem T. de Almeida
Luis Roncari
Edin Abumanssur

Equipe de Arte
Anita Slade
Martha Braga

Produtor Gráfico
Roberto Dalmaso

Assinaturas e Expedição
Valéria Carrera Roura

PASTORAL POPULAR E POLÍTICA PARTIDÁRIA

Nos pronunciamentos e documentos oficiais das Igrejas Católicas e Evangélicas é comum encontrar declarações que afirmam posições apartidárias, suprapartidárias e às vezes antipartidárias. Mas quando se examina a história com mais atenção percebe-se que há exemplos claros de compromissos e de adesão a determinados partidos políticos; principalmente quando os interesses eclesiais estão ameaçados. Embora se possa falar em certa neutralidade e distanciamento, por outra são óbvias as ligações entre as Igrejas e o poder e/ou Partidos Políticos.

Atualmente é possível notar-se um grande desgaste dos Partidos Políticos, principalmente porque não têm representado os anseios populares e por não serem um conduto adequado que possa expressar o movimento social. Têm sido mais instrumentos nas mãos dos poderosos em sua ânsia de tomar o poder e permanecer nele. Por estas razões o povo mesmo ainda não tem plenamente experiência de uma organização partidária que possa representar seus interesses e onde possa participar ativa e decisivamente. Entretanto esta constatação não invalida a importância do partido no processo político atual.

Convém, no entanto, não confundir as perspectivas e considerar o partido como a soma dos movimentos de base. Estes, em geral, lidam com problemas mais localizados em setores sociais específicos e não podem articular uma proposta política totalizadora, embora incluam em seu programa anseios que são, na realidade, mais amplos. Quanto ao partido, têm que apresentar um programa mais geral e que representa alternativas ao uso do poder e da forma de administração da vida nacional. Por isto mesmo é que consideramos falso o enfoque Partido Político versus Movimentos Populares.

Há partidos que podem (e devem) englobar aquilo que buscam os movimentos populares mas nem por isto eliminam sua validade e relevância.

É, pois, permanente a preocupação com o fortalecimento da sociedade civil. Mesmo militantes dos atuais partidos estão

incentivando e participando na criação e fortalecimento das organizações populares autônomas como sindicatos, associações de bairro, movimentos de libertação feminina, luta pela terra, etc. Percebe-se, e a experiência tem demonstrado que sim, que isso faz parte da educação política e possibilita melhor atuação nas atividades partidárias.

Assim, a prática pastoral não pode ignorar a questão partidária, mas consideramos que as comunidades eclesiais não devem pronunciar-se oficialmente como tais por um partido, ou condicionar a filiação comunitária a tal ou qual sigla partidária.

Com esta ressalva convém enfatizar que a participação nos partidos não é somente livre, mas boa e necessária para os cristãos. Esta participação se concretiza em diferentes níveis: pelo voto, pela filiação, pela organização, pela liderança, pela representação parlamentar, etc.

Os partidos, queiramos ou não, são uma realidade e estão presentes na vida do povo hoje e desempenham um papel importante na conjuntura brasileira atual. Lidam com uma complexa realidade social — camponesa, operária, educacional, jurídica, etc. Com estas colocações, cremos que é mais fácil buscar (e executar) uma organização ao nível da paróquia, da associação de moradores, de um sindicato; enquanto que o problema do partido se refere a um projeto político global da sociedade.

Ainda mais: é preciso realçar que a prática pastoral não se reduz à atividade política, não é complementar e nem provisória. Tem especificidade e abrangência próprias. Por sua vez a política partidária realiza-se independentemente das questões relacionadas com a fé. Ela se define em relação do poder como instrumento de organização e de transformação social e pode ser exercida sem referência *explícita* à fé.

Isto faz com que a responsabilidade das comunidades cristãs cresça, e se torne cada vez mais urgente uma definição, à luz da fé e da realidade social, das exigências que se fazem a um partido, para que ele possa realmente representar os interesses

populares. A fé, fundamento das Comunidades Eclesiais, também se expressa através dos programas que se elaboram para a sociedade como um todo.

CRITÉRIOS PARA UM PARTIDO

Torna-se necessário buscar critérios para a definição de um partido, a partir das expressões populares:

a) Programa

Elaboração de um programa que busque a transformação da sociedade e não uma simples reforma ou melhoria do sistema vigente. Dentro do atual sistema qualquer melhoria nas suas estruturas estará fadada ao fracasso, uma vez que ele está escorado em estruturas que são, por si, injustas. Aprimorar o injusto não leva à realização da justiça. Isso não significa, no entanto, que o projeto do partido vá concretizar-se imediatamente e que não haja etapas a serem vencidas. O importante é que fique bem claro que o que se propõe é uma alternativa diversa daquela que existe.

O próprio processo de elaboração do programa é importante. Não pode ser o produto acabado dos planos de um grupo de intelectuais e de políticos. Os setores populares devem participar em todas as etapas de sua elaboração. Esta é condição indispensável para, desde já, alterar a maneira de se fazer política neste País, uma vez que, até agora, o popular tem sido utilizado e manipulado para justificar velhas práticas políticas, por melhores que pareçam.

b) As estruturas do Partido

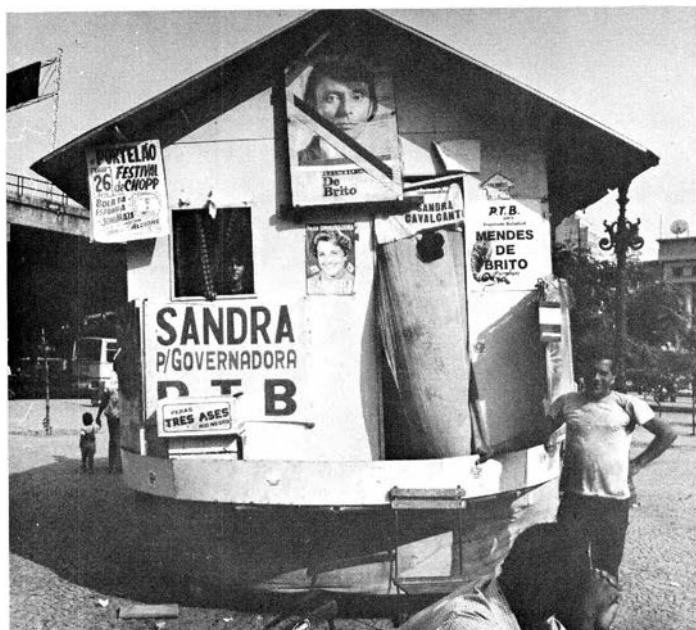
A prática democrática é elemento básico. A participação dos trabalhadores em todos os níveis de decisão e na direção são o elemento caracterizador do partido. A hegemonia do trabalhador não pode mais ser motivo de receios ou retardamentos. Esta hegemonia, não representando a exclusão de outros setores da sociedade, garantirá a efetiva representatividade e a expressão democrática de sua estrutura.

Não podem ser estruturas rígidas e nem dominadas pela burocracia interna. Isto afasta o trabalhador e compromete, de saída, sua participação.

c) O partido não deve visar somente sua própria manutenção ou se limitar ao processo eleitoral. Como seu objetivo é a transformação de toda a sociedade não pode ter uma visão acanhada ou fechada de seus problemas. Deve ampliar sua ação e conseguir maior participação em suas lutas.

d) A organização do partido deve ser de baixo para cima; dos núcleos de base para os diretórios zonais, regionais, estaduais, etc. Os elementos escolhidos para este trabalho não devem perpetuar-se nos cargos como permanentes e insubstituíveis. Assim sendo a escolha dos candidatos a cargos eletivos e direção do partido será feita através de ampla consulta democrática que seja representativa dos interesses dos trabalhadores.

e) O partido deve respeitar e incentivar a autonomia dos movimentos populares e as organizações de base que exprimem os interesses objetivos das classes populares, não procurando



Comícios, panfletagem, shows e debates estão de volta...



No Rio, os aspectos da mobilização em torno da campanha...



Pouco a pouco a retomada de um processo quase esquecido.

substituí-los ou usá-los como instrumentos. Isto é importante na medida em que leva em conta conquistas que já fazem parte da prática e da história da vida de nosso povo.

f) Não se pode esperar pela existência de um partido puro e sem lutas internas, pois estas exprimem as diferentes experiências em diferentes etapas. A existência destas divergências não pode ser motivo para a condenação do partido ou a negação de sua importância. Em qualquer agrupamento humano elas surgem. É preciso superar aquelas que estrangulam a luta pelos objetivos mais fundamentais.

COMUNIDADES CRISTÃS

Em face a estas ponderações iniciais convém discutir um pouco o papel das comunidades cristãs neste momento e a contribuição que efetivamente podem dar.

Pelo que se tem observado, parece indiscutível a necessidade da inserção dos membros das comunidades na luta partidária. Para isto é preciso estimular a educação política destas comunidades de forma a que não se limitem ao período das eleições. Além disto há a necessidade de criar condições para o surgimento de líderes que se engajem num partido popular. Pessoas que, não se desligando de suas comunidades de origem, exerçam sua natural liderança em uma prática partidária enquanto recebem alimentação e estímulo de seu grupo de origem. Nesta perspectiva estes elementos servirão de fermento numa luta que se processa em todo o País, trazendo aquilo que é específico e incorporando a contribuição da reflexão a esta luta.

A criação de comitês que sejam lugares apropriados para debates e para organização partidária e que possibilitariam a definição mais clara das posições e das questões a serem debatidas nos partidos políticos são hoje uma necessidade. Mas é preciso estar atento para que não se transformem em reuniões da comunidade eclesial, porque, além de uma multiplicação inútil, confundiria os papéis e a atuação. A presença dos cristãos nas organizações partidárias não deve constituir-se em mais uma tendência — a tendência da Igreja. Sabemos, por longa experiência, que também não se pode ser ingênuo a este respeito, porque em alguns lugares os grupos cristãos foram usados como massa de manobra por hábeis políticos ou facções minoritárias já organizadas, mas a atuação crítica e consciente implica em estar permanentemente atento a todas estas questões. Por tudo isto é que a participação crítica deve ser estimulada e o debate franco uma constante.

ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS PARA ATUAÇÃO

Creemos que, numa direção positiva, os diferentes grupos e comunidades têm avançado alguns pontos que devem ser partilhados:

a) Que sejam respeitadas as perspectivas e a autonomia relativa dos campos: o da prática pastoral e o da atuação partidária; isto é, quando um membro da comunidade se apresenta como líder ou candidato a cargo eletivo não deve ser

inquestionavelmente ou automaticamente o candidato da comunidade que adere como um todo. Este equívoco tem trazido mágoas, desânimo e fracionamento no interior dos grupos. É preciso encarar o fato (que na verdade, se dá) da pluralidade partidária que se apresenta para várias comunidades do País, onde mais de uma tendência aparece através de seus membros.

b) Que esta problemática repercuta com clareza nas discussões da comunidade. Que a viabilidade prática desta dupla militância seja aceita sem preconceitos ou restrições para que os caminhos sejam encontrados sem prejuízo do trabalho já feito. No caso, por exemplo, de um companheiro se candidatar, é preciso ficar claro que não é candidato da Igreja e sim do partido. Estas decisões todas, sendo tomadas democraticamente, implicarão no crescimento da experiência e do próprio trabalho. Na verdade a prática assim definida trará elementos importantes para maior conhecimento da sociedade.

c) Que seja considerado como elemento definidor o interesse do movimento popular. Onde a atuação é prioridade para o avanço das lutas populares? Como se pode detectar o campo em que o seu trabalho é mais importante.

ELEIÇÕES: OPORTUNIDADE E SIGNIFICADO

É preciso considerar que as eleições são um momento importante do processo político. Apesar de todo o encadeamento manipulador e oportunista que usualmente se





revela neste período, é preciso aproveitar os elementos pedagógicos que sobressaem no instante em que os candidatos, os partidos e o próprio governo caem sob as vistas da população para um exame mais direto. Os mecanismos que envolvem o processo eleitoral refletem aqueles que comandam a sociedade. Isto é percebido de maneira mais viva quando as forças sociais se movimentam em busca de votos e no esclarecimento dos programas. É preciso aproveitar ao máximo esta oportunidade.

Depois é preciso considerar que o povo, em geral, valoriza as eleições que se apresentam como uma ferramenta dos setores populares. São uma oportunidade de julgamento do sistema político, e uma maneira de questionar o poder que, por momentos, fica mais ao alcance da manifestação popular. Por tudo isto que foi dito, e embora percebendo que as eleições não são o único instrumento e nem o mais importante, percebe-se que apresentam intensa oportunidade para a mobilização popular e de aprofundamento das discussões dos problemas locais, regionais, etc.

De qualquer maneira é preciso ter em mente que as eleições são um dos elementos fundamentais da prática democrática. É preciso estar atento para seu aperfeiçoamento e para evitar que sejam utilizadas para manipulação e corrupção.

O momento pós-eleitoral é de grande importância também para o acompanhamento rigoroso e crítico do trabalho daqueles que se elegeram, de modo que se formem mecanismos de acesso constante àqueles que formulam as leis e representam os interesses populares.

Este processo interessa profundamente à Igreja. A democracia é um dos requisitos indeclináveis da liberdade. Toda a ação pastoral inclui a decisão partilhada, discutida e assumida em conjunto. Por isto mesmo a educação política deve fazer parte da pastoral popular. As comunidades e dioceses devem organizar um cuidadoso plano de educação política que possibilite aos seus membros uma participação consciente e crítica nos diversos níveis de ação política.

Convinha arrolar agora algumas das atitudes que normalmente se instauram nas comunidades eclesiais face a este problema:

- a) receio de que a atividade partidária esvazie o trabalho pastoral;
- b) busca de uma organização "imaculada", ideal, e que seja uma projeção do que se idealiza em relação à própria Igreja;
- c) exigir dos movimentos sociais uma lógica que reflita etapas programadas e passagens sucessivas como é possível em comunidades eclesiais menores. Em geral se ignora a diversidade de interesses e um ritmo diferenciado nas decisões e rumos estabelecidos;
- d) uma adesão apaixonada e ingênua pelo partidário, como se fosse o "primeiro amor";
- e) participação crítica, mas efetiva, na prática político-partidária dentro de uma perspectiva de processo.



Carlos Alberto Ricardo



Apesar de todo encadeamento manipulador e oportunista que usualmente se revela neste período, é preciso aproveitar os elementos pedagógicos que sobressaem no instante em que os candidatos, os partidos e o próprio governo caem sob as vistas da população para um exame mais direto.

PACOTES ELEITORAIS

OSCAR BEOZZO

Quando falamos de eleições, dentro de um processo político, isto significa que, periodicamente, os governantes são submetidos ao julgamento do povo que pode manter ou mandar embora os ocupantes do poder.

O processo eleitoral, mesmo quando viciado, torna-se um risco para os ocupantes do poder, pois, por um momento, o poder de decidir volta para o povo.

Quanto mais um poder não é popular e legítimo, tanto mais teme ele as eleições e procura alterar o resultado das urnas.

Antigamente, havia pelo menos três maneiras de se controlar o povo que ia votar:

1. não deixar votar muita gente, pois quanto mais gente vota, mais difícil fica de controlar as eleições. Assim, até 1930 o número dos que votavam não ultrapassava 2,5% da população. Os outros 97,5% ficavam chupando o dedo no dia das eleições. É mais fácil controlar duas do que cem pessoas. Como se fazia isso? Primeiro, as mulheres não votavam e já metade do povo ficava de fora. Depois, os que não sabiam ler e escrever também não podiam votar. Acabava votando quem era proprietário (os únicos que podiam ser eleitos no Império), quem era "doutor", quem era comerciante. Na realidade, quase toda a política era dominada por fazendeiros, senhores de engenho, enfim pelos proprietários de terra e comerciantes.

2. o curral eleitoral ou voto de "cabresto" que consiste em ter o voto garantido antes mesmo da eleição. As pessoas votavam no coronel local ou em quem ele mandava porque era o homem mais poderoso da região, que "elegia" prefeito, tirava delegado e juiz, punha e tirava gente da cadeia; porque ele era o



“padrinho” dos filhos e por isso compadre da família; porque se tinha medo de perder o emprego e receio da perseguição política. Como o voto era a descoberto, não havia meio de dizer para o coronel que ia votar no seu candidato e depois não votar. Os eleitores eram poucos, não havia justiça eleitoral e os que fiscalizavam as eleições também eram do curral do coronel.

3. quando falhavam os dois primeiros métodos, havia ainda a fraude eleitoral: dava-se sumiço nas urnas, anulavam-se os votos dados ao adversário, fazia-se os defuntos votarem, ou melhor os vivos votarem com os títulos dos defuntos.

Hoje, muitos desses males passaram, pois o número de eleitores subiu, passando hoje dos 50 milhões, o voto é secreto e controlado pela justiça eleitoral. *A fraude deslocou-se, porém, para a legislação eleitoral.*

Hoje o curral eleitoral do governo é o casuísmo, isto é, o jeito de fazer a lei eleitoral favorecer o partido e os candidatos do Governo. Por isso, desde 1964, quando não aconteceu que as eleições foram suspensas (como as presidenciais de 1965 e as de prefeito em 1980), ou que os ocupantes do poder não prorrogaram os seus próprios mandatos, (o de Castelo Branco prorrogado para mais um ano, até março de 1967 e o de prefeitos prorrogado por dois anos de 1980 a 1982), fabricou-se uma lei eleitoral diferente para cada eleição.

Assim, não tivemos nenhuma eleição depois de 1964, sem que o Governo baixasse antecipadamente algum “pacote eleitoral” que lhe permitisse dirigir os resultados do pleito. A cada vez que o povo, assim mesmo, derrotou o Governo nas urnas, ele preparou um outro pacote mais sofisticado para distorcer os resultados do voto popular.

Por que este divórcio crescente entre o povo e o Governo, entre o Estado e a nação, entre os que governam e os que são governados? Será que o povo se sente retratado no Governo que tem? Até dizem que “cada povo tem o Governo que merece”. O provérbio não vale para o Brasil, pois bem que o povo quer um outro Governo e para isso já o derrotou várias vezes nas urnas, mas sem conseguir alterar os rumos do próprio Governo, ou mandar embora os que perdem as eleições.

O divórcio existe porque há uma minoria que quer governar sozinha, sem o povo e, no mais das vezes, contra o povo. Mesmo quando este Governo se dispõe a fazer alguma coisa pelo povo, a condição é que seja *para* o povo, mas *sem* o povo.

O supremo crime é o povo querer participar e decidir de verdade.

Será que sempre foi assim no Brasil?

De um certo modo sim, pois o Estado estava a serviço não da maioria mas de uma minoria, pequena mas poderosa que queria todo o poder para si.

Quando a maioria da população era escrava, os donos do poder eram os senhores de escravos, que reinaram absolutos pelo menos até 1871, quando chegou a lei do ventre livre. Depois de 1889, governaram os fazendeiros do café, com suas fazendas

cheias de colonos vindos da Europa, estrangeiros e analfabetos e por isso excluídos do processo político.

Só que nas cidades começava a crescer a classe operária, ativa e combativa, com associações, jornais e os primeiros sindicatos. Tentava sua participação política e fazia críticas ao Governo e aos patrões. Os operários, sempre que traziam seus problemas, eram tratados como agitadores e subversivos. Houve um presidente, Washington Luiz, que dizia que “a questão social era caso de polícia”, isto é, que as reivindicações dos operários eram para ser resolvidas pela polícia e não pelo governo e pelos patrões. Mesmo assim, a pressão dos operários e de outros grupos que não podiam participar nem econômica, nem social, nem cultural, nem politicamente do desenvolvimento do país, começaram a pressionar e exigir um lugar ao sol.

O Governo respondeu com o Estado de Sítio que durou desde 1922 até praticamente 1930, com pequenas interrupções.

A revolução de 30 varreu do poder a antiga oligarquia dos fazendeiros do café e abriu um certo espaço de participação para outras classes e grupos sociais.

O preço porém da participação, sobretudo da classe operária, foi o de ser uma participação controlada pelo Estado e pelos patrões. Podiam participar “*ma non troppo*”, como diziam os italianos. Podiam participar, mas dando apoio ao projeto da burguesia apoiado pelo Estado, o de industrializar o País, dentro dos moldes capitalistas.

A classe operária, depois de 1930, consolidou e ampliou muitas das conquistas dos anos 20. No campo político, porém, a expressão desta participação no novo projeto econômico-social foi o pacto populista, onde o apelo nacionalista, libertar o país da dependência do estrangeiro, servia para unir as classes diante da exploração externa e encobrir os interesses divergentes da burguesia e do proletariado, internamente.

O pacto populista é na realidade um pacto, em primeiro lugar, entre o Estado e a burguesia para industrializar o país e para admitir uma participação controlada da classe operária, em sindicatos submetidos ao Ministério do Trabalho e em partidos populistas onde a direção e a hegemonia eram burguesas a serviço dos interesses estratégicos da burguesia.

O populismo foi a expressão, de um lado, da participação da classe operária e das camadas populares e, de outro, do controle exercido pelo Estado e pela burguesia sobre a classe operária.

Nos períodos eleitorais era preciso mobilizar e arregimentar o povo, pois, sem a união do voto popular, não funcionava o sistema. Mas, logo depois das eleições, eram fechados os comitês dos partidos, que mais do que sedes dos partidos, eram apenas comitês eleitorais, e tudo retornava à tranquilidade, até às próximas eleições, quatro anos depois. No período eleitoral, os políticos lembravam-se de que o povo existia e de que, sem seu voto, ele não poderia continuar governando. Por isso, era preciso ir ao povo, descobrir suas necessidades e sobretudo prometer resolvê-las. Temos assim um quadro onde o político populista precisa prometer mais e mais ao povo, para atrair seu voto. Uma vez eleito, não poderá evidentemente cumprir todas

as promessas, não poderá, sobretudo, introduzir modificações que atendam, *oletivamente*, às aspirações e necessidades das classes populares. Poderá, porém, atender, a conta-gotas, e individualmente, às necessidades dos que se ligaram mais diretamente à sua campanha política: os cabos-eleitorais e seus familiares e amigos. A sobrevivência do político populista é o *clientelismo*, isto é, o atendimento de uma parcela dos seus eleitores em termos de emprego, de internamento de saúde, de remoção de funcionário público.

Quanto mais poderoso era o político populista, tanto mais podia conceder favores e obter privilégios para seus correligionários. Na verdade, o político populista fazia andar a pesada máquina burocrática, resolvendo os problemas dos seus amigos e clientes. Os cargos mais cobiçados eram os Institutos de Aposentadoria e Pensões e as Secretarias de Estado, com muitos funcionários.

Se, de um lado, os políticos manipularam o povo no tempo de eleições, prometiam e não cumpriam, de outro, o pacto populista, para se manter, devia continuamente fazer concessões ao povo. O espaço de participação não era apenas concedido mas sim conquistado pelas lutas dos movimentos populares.

Na votação direta para presidente e governador, o peso do voto popular fazia a balança pender para o lado de políticos que não tinham as simpatias da burguesia. Uma vez eleitos, tinham que compor com os interesses da burguesia, mantendo em fogo lento as reivindicações populares.

Quando porém a participação popular aumentou e as reivindicações alastraram-se também pelo campo, foi-se esgotando o espaço de concessões que a burguesia estava disposta a fazer sem perder o controle do processo.

É dentro desse quadro de esgotamento do pacto populista, pelo avanço das lutas populares e operárias e pelo endurecimento da burguesia, então cada vez mais internacional, que se chegou ao rompimento de 1964.

Daí para a frente, a palavra de ordem foi liquidar o populismo, como expressão da participação controlada e limitada das organizações e classes populares no processo político. Estreitou-se o pacto de poder, restrito aos militares, aos tecnocratas e às grandes empresas multinacionais. A burguesia internacional e os seus interesses tornaram-se dominantes dentro do Estado brasileiro. A direção do processo ficou em mãos dos militares e da tecno-burocracia estatal.

Rompeu-se a legitimidade do poder e, de lá para cá, as eleições são sempre um processo difícil, que se mantém para efeitos externos, mas que precisam ser esvaziadas de sua eficácia.

O dilema do Estado brasileiro é que a fonte de seu poder e legitimidade deixou de ser o povo e o processo democrático, e tornou-se a força com que os militares tomaram o poder em 31 de março. Os “duros”, os adversários da “abertura” são os que acham que estão no poder, pelo golpe de 1964. Sua legitimidade não vem do povo mas da força das armas. Eleições, só se forem para confirmar as coisas do jeito que estão, para manter no poder os que aí se encontram ou para mudar apenas as figuras no poder, sem alterar o regime.

Durante o último encontro regional das CEBs do Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, um dos temas abordados foi CEBs e política.

Nas discussões, surgiu o tema do último pacote eleitoral do Governo, enviado ao Congresso, em novembro de 1981.

Ficou nítido para todos, que o “pacote eleitoral” de novembro foi feito sob medida para favorecer o partido do Governo, falseando as eleições e que tirava a liberdade dos eleitores, com a vinculação total dos votos.

Em cada eleição depois de 1964, isto é, a cada vez que o povo foi chamado a manifestar-se nas urnas, criou-se um impasse entre a *vontade popular* e a *vontade do sistema*, que nunca buscou inspiração nem legitimização no voto e sim nos quartéis.



O impasse foi, a cada vez, resolvido pela violentação da vontade popular e pelo desrespeito das urnas, seja com mudanças na legislação eleitoral, seja com cassações de mandatos, seja com prorrogação de mandatos, seja reservando-se a escolha dos mais altos dirigentes, subtraindo-os à escolha popular através das eleições.

Esta monótona repetição de gestos autoritários, acreditava-se encerrada com o projeto de abertura do Presidente Geisel que prometia para 1978 eleições diretas e limpas para todos os cargos, inclusive para governadores, excetuando-se apenas os de presidente e vice, quando a nação foi abalada pela edição do pacote de abril de 1977. Explicou-se, na época, que Geisel “fechou” para salvar a “abertura”. Estranhos métodos e caminhos que percorrem direção inversa à meta desejada.

Depois disto, veio o General Figueiredo prometendo que faria deste país uma democracia, e, ameaçando até, a quem se opusesse ao seu projeto: “Prendo e arrebento”. Na realidade passou a prender e a arrebentar os operários em greve no ABC em 1980, os posseiros e padres do Araguaia em 1981, mas não “prende nem arrebenta” os que se opunham ao projeto de abertura, jogando bombas nas bancas de jornal, na OAB, no Sindicato dos Jornalistas de Belo Horizonte e que tentaram uma chacina, durante as comemorações do 1º de maio de 1981, nos locais do RIOCENTRO.

A bomba do Riocentro explodiu dentro do próprio governo, e este foi incapaz de prender, julgar e punir os culpados. A impunidade dos que soltam bombas coagiu o Governo, mais uma vez, a colocar-se ao abrigo do voto popular. O pacote de novembro repete o mesmo retrocesso verificado com o Presidente Castelo Branco que prometia não ficar um dia além do prazo do mandato presidencial, assegurando para outubro de 1965 as eleições presidenciais. O mandato de Castelo Branco, que se extinguia em janeiro de 1966, foi prorrogado para março de 1967 e as eleições para presidente deixaram de existir no Brasil.

O problema é simples. O poder emana do povo ou provém do golpe de força de 31 de março de 1964? Os Governos da revolução escolheram sempre a fonte autoritária e ilegítima do poder, na certeza de que as urnas fariam uma linguagem diferente da dos donos do poder que insistem em falar, em nome do povo e da nação.

Acolher a vontade das urnas é aceitar o fim do ciclo autoritário iniciado em 1964, é encerrar a série de generais presidentes, escolhidos, longe dos olhos do público, no círculo estreito do Alto Comando Militar, é devolver ao país a decisão sobre os seus rumos e destino.

O contínuo atropelo da vontade popular foi a tônica do regime instaurado em 1964. É bom reavivar a memória coletiva, lembrando-se de tudo o que foi roubado ao povo, desrespeitando-se o artigo 1º da Constituição do País: “TODO O PODER EMANA DO POVO E EM SEU NOME É EXERCIDO”.

Só assim é possível resistir ao arbítrio e denunciar os mil disfarces da mesma incapacidade dos governantes de submeterem-se ao julgamento popular nas eleições.

O que foi roubado do povo

O GOVERNO PERDE NAS URNAS E POR ISSO SUPRIME AS ELEIÇÕES DIRETAS

1964-31 de março

Foi roubado o mandato do presidente João Goulart

Ele foi eleito diretamente pelo povo nas eleições de 3 de outubro de 1960, como vice-presidente de Jânio Quadros. Foi a última vez que o povo brasileiro votou para presidente e vice, portanto há 22 anos atrás. A geração de brasileiros que nasceu depois de outubro de 1942 e que por isso não completara 18 anos nas eleições de 1960, e que agora está fazendo quarenta anos em 1982, nunca pôde escolher o presidente da República.

Em 1964 não foram cassados apenas os milhões de votos dos brasileiros que votaram em Jango como vice-presidente, mas também os votos quase unânimes (5 votos contra 1) que lhe devolveram no plebiscito de 6 de janeiro de 1963, a presidência com todos os seus poderes. Estes poderes haviam sido tirados do presidente em 1961 ao ser imposto o parlamentarismo pelos mesmos militares que deram o golpe de 1964.

Junto com o mandato do presidente João Goulart, foram cassados, em 1964/65, 69 deputados federais e senadores, 62 deputados estaduais, 10 vereadores, 6 governadores e vices, 20 prefeitos e vices.

1964/65

Foram roubadas as eleições diretas para Presidente da República

Ao virar presidente, não pelos votos do povo, mas pelas armas, Castelo Branco, meio constrangido ao ser alçado à suprema magistratura por um golpe de força, disse que estava ali para garantir as eleições diretas para presidente da República, em outubro de 1965 e jurou que não ficaria na presidência da República nem um dia a mais, além do restante do mandato do Presidente Goulart.

Mas a 8 de junho de 1964 cassava o mandato de senador do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o mais forte candidato à presidência nas eleições de 1965. Suspendia também todos os direitos políticos de Juscelino por um período de dez anos. Castelo Branco apressou-se a afirmar que esta cassação atingia apenas a pessoa de Juscelino, mas de modo algum colocava em risco a realização das eleições presidenciais de 1965 e que a vontade do povo nas urnas seria inteiramente acatada. Pobre de quem acreditou nas palavras e juramentos do presidente, pois já em julho de 1964, este aceitava que seu mandato, que expirava em 20 de janeiro, fosse estendido até janeiro de 1967.

Apressou-se o presidente a dizer que isto não colocava em risco as eleições para presidente que ficavam apenas adiadas de outubro de 1965 para outubro de 1966. Em 1965 só seriam realizadas as eleições, já marcadas, para governadores em 11 Estados.

O Governo perde as eleições a governador nos principais Estados. Fica irritado e promulga novo Ato Institucional, o de nº 2, de 27 de outubro de 1965, decretando que o povo não pode mais escolher o presidente da República.

De lá para cá, todos os presidentes, de Costa e Silva a Figueiredo, passando por Médici e Geisel prometeram fazer deste país uma democracia e devolver ao povo o seu direito de escolher o presidente. Estamos todos esperando!

Veio a anistia do presidente Figueiredo, a revogação dos Atos Institucionais, mas nada de eleições diretas para presidente.

1965

Foram roubadas as eleições diretas para governadores

As primeiras eleições diretas para governador, depois do golpe de 1964, estavam marcadas para outubro de 1965, em 11 Estados. Houve muitas pressões para que não fossem realizadas. Como não dava jeito para o presidente Castelo salvar a fachada de democracia e suprimir as eleições, inaugurou-se a era dos "casuísmos" e da manipulação da legislação eleitoral. Inventaram de última hora uma lei, a Lei de Inelegibilidade, pela qual o cidadão brasileiro que tivesse servido ao país como Ministro no Governo anterior, depois do plebiscito de 6 de janeiro de 1963, não podia mais ser candidato. A lei foi feita para cassar as candidaturas da oposição, a do engenheiro Hélio de Almeida na Guanabara e a de Sebastião Paes de Almeida em Minas Gerais. Inventaram também um novo Estatuto dos Partidos Políticos e barraram a candidatura do Mal. Teixeira Lott, sob a alegação de que não tinha domicílio eleitoral na Guanabara.

A oposição teve, que arrumar candidatos de última hora, mas assim mesmo venceu, na Guanabara, com o Embaixador Negro de Lima e, em Minas Gerais, com Israel Pinheiro, o construtor de Brasília e seu primeiro prefeito. Os dois políticos eram do PSD de Juscelino que havia sido cassado. A oposição ganhou ainda Santa Catarina, Mato Grosso e Alagoas.

A resposta do Governo, em vez de ser democrática, aceitando a vontade do povo, expressa pelo voto, foi cometer nova violência, extinguindo todos os partidos políticos, criando a ARENA, de triste memória, e um MDB que devia mostrar ao mundo que aqui existia oposição e que por isso a ditadura dos militares era um regime democrático! Através da mesma lei, o Governo proibiu a eleição para presidente. Sobraram novas eleições diretas para governadores dos 11 Estados restantes, marcadas para um ano depois, em outubro de 1966.

O arrependimento de ter marcado eleições diretas para governador veio bem depressa e o medo do voto fez o Governo editar o Ato Institucional nº 3 (5 de fevereiro de 1966), roubando do povo também o direito de escolher seus governadores que passariam a ser nomeados diretamente de Brasília. Isto porque o povo brasileiro não sabia mais votar e insistia em escolher seus próprios candidatos e não os que os militares queriam.

1965

Foram roubadas as eleições diretas para os prefeitos das capitais

Nas primeiras eleições depois do golpe de 1964, em março de 1965, estava em jogo a Prefeitura de São Paulo. Havia seis candidatos. Um deles era apoiado por Jânio Quadros que havia perdido seus direitos políticos. O candidato de Jânio, que era antigovernamental, o Brigadeiro Faria Lima, teve mais votos que os cinco outros candidatos.

Quando se roubou do povo a eleição direta para governador, o Governo "descobriu" que ia ficar mal, na mesma cidade, uma autoridade nomeada, o Governador do Estado, e outra eleita diretamente pelo voto popular. Que autoridade iria ter o governador biônico diante do prefeito eleito pelo povo? O jeito foi aplicar o AI-3 onde o Governo dizia: "considerando a necessidade de se preservar a tranquilidade e a harmonia política e social do país e que é conveniente à segurança nacional alterar-se o processo de escolha dos Prefeitos dos Municípios



das capitais do país...” fica estabelecido que tais cargos passavam a ser preenchidos através de nomeação pelo Governador do respectivo Estado.

Assim ficava completo o novo modelo: o povo não podia escolher o presidente que seria nomeado pelos militares, não podia escolher os governadores que seriam nomeados pelo general-presidente e não podia mais escolher os prefeitos das Capitais que seriam nomeados pelos governadores. Tudo isto para melhor cumprir a Constituição vigente no país e que diz “TODO O PODER EMANA DO POVO E EM SEU NOME É EXERCIDIDO”.

1968-69

Foram roubadas as eleições diretas nos municípios declarados de segurança nacional

Este foi o novo golpe aplicado contra o povo. Nas eleições de 1968, em muitos municípios maiores, como Santos, venceu a oposição. Em Santos foi eleito o líder negro Esmeraldo Tarquínio. O Governo impediu sua posse, decretando o município de Santos área de Segurança Nacional e nomeando um general como Prefeito. Do mesmo modo mais de 100 municípios, por várias razões, por serem faixa de fronteira, local de barragens hidroelétricas, como Castilho em São Paulo, por serem de indústrias bélicas, como Piquete, ou simplesmente de uma siderúrgica como Volta Redonda ou de uma Refinaria como Cubatão, ou por serem politicamente de oposição como Santos, foram declarados áreas de segurança nacional, como se o povo brasileiro, por exercer o direito e o dever do voto e da escolha dos seus representantes ameaçasse a segurança do seu próprio país. Teria o povo se transformado no inimigo do regime, para que lhe fossem cassados os direitos políticos mais simples, como a escolha dos dirigentes a nível local?

1964-74

Dez anos de cassações de mandatos populares

Como se não bastasse a tática de impedir o povo de votar, o regime se arrogou o direito de cassar os que o povo havia eleito, mas que não diziam, todo o tempo, “amém” ao que o sistema queria.

Há três momentos de maior violência do regime: No início, durante os anos de 1964-65, período dos atos institucionais 1 e 2; no final do Governo Castelo 1966-67; de 1968 em diante com a edição do AI-5, o período da Junta Militar e do Governo Médici.

Com Geisel, o ímpeto punitivo do regime arrefeceu um pouco, o que não o impediu de cassar o líder do MDB, Alencar Furtado, o deputado Marcos Tito, e de colocar na cadeia o deputado Francisco Pinto, por opinião expressa da Tribuna do Congresso.

Isto significa imenso desrespeito pelo voto popular, além de todas as cassações se processarem sem nenhum processo regular, sem a pessoa saber do que estava sendo acusada e sem nenhum direito de defesa. Puro arbítrio e violência.

Em 1964-65, 386 brasileiros tiveram seus mandatos eletivos cassados e (ou) seus direitos políticos suspensos por dez anos. Além disso outros cidadãos, civis e militares, foram aposentados, reformados, demitidos ou destituídos de suas funções no Estado. O total de pessoas punidas, sem processo e sem defesa, foi de 2.489.

Entre 1966/67 os mandatos populares atingidos foram 238, representando quase 80% das 305 pessoas punidas. Na primeira leva de punições, as punições diretamente políticas eram apenas 12,9%. Isto significa que a repressão do Governo voltou-se diretamente para a liquidação da classe política, sobretudo aquela que tinha suporte e raízes populares.

A partir de 1968 foram cassados ou suspensos 434 cidadãos e um total de 1.547 sofreram punições, sempre injustas, pois sem direito de defesa.

O GOVERNO PERDE TAMBÉM ELEIÇÕES INDIRETAS

O AI-3 (5/2/1966), quando resolveu tirar do povo a eleição dos governadores e entregá-la nas mãos do Planalto em Brasília, quis guardar uma fachada de legitimidade. Por isso o governador indicado devia ser aprovado pela Assembléia Estadual.

Na primeira vez, tudo funcionou a contento e a assembléias “elegeram” os governadores nomeados pelo Planalto.

Em janeiro de 1967 o Congresso aprovou uma nova Constituição a ele enviada, já pronta, pelo presidente Castelo Branco. Ela previa novamente eleições diretas para governador. Em março de 1968, no primeiro aniversário do seu Governo, Costa e Silva jurou que a Constituição seria cumprida e as eleições de governadores seriam diretas em 1970. Mas a 13 de dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº 5, voltou-se de novo à estaca zero, com a instauração do pleno arbítrio, fechamento do Congresso e das Assembléias Estaduais e poderes ao presidente para cassar mandatos, suspender direitos políticos, governar por decretos, sem nenhum prazo determinado.

Houve ainda uma tentativa feita pelo presidente Costa e Silva de sair da longa noite inaugurada pelo AI-5. Uma nova Constituição, relativamente liberal, foi preparada pelo vice-presidente Pedro Aleixo. Nela restituía-se ao povo o direito de eleger seus governadores. Mas a doença do presidente Costa e Silva, em agosto de 1969, precipitou o novo e agora prolongado fechamento do regime. Em vez de assumir a presidência o vice Pedro Aleixo, este foi empurrado para fora pelos Ministros Militares que se auto-nomearam Junta de Governo a 31/8/1969. Um mês depois, os generais entre si haviam designado um novo General para reger o país, Emílio Garrastazu Médici. Chamaram rapidamente de volta os deputados e senadores, reabriram o Congresso para “eleger” o presidente Médici. Nunca a hipocrisia do regime foi tão longe no seu jogo de aparências e na correta observância dos “ritos” democráticos.

A Emenda Constitucional de 17 de outubro de 1969 liquida, de novo, com as eleições diretas de governadores. As eleições

voltam a ser indiretas, sendo os governadores nomeados por Brasília, mas tendo que passar por “eleições” nas Assembléias Estaduais.

Só que, em alguns Estados, o Governo não tem maioria nas Assembléias. O problema é rapidamente resolvido: O Governo cassa na oposição o número de deputados necessário para dar maioria para a Arena. Assim são cassados, no Rio Grande do Sul, mais de uma dezena de deputados do MDB para que a ARENA pudesse então aprovar o indicado pelo Planalto, Coronel Peracchi Barcellos, como novo governador.

Deste modo, as eleições de 1970, realizadas debaixo de rigorosa censura na imprensa, rádio e televisão, num clima de repressão e de medo foram as mais melancólicas de nossa história. Praticamente, metade dos votos foram brancos e nulos. Os votos em branco foram somados aos votos do partido do Governo, criando-lhe folgada maioria no Governo Nacional, todos os governadores foram nomeados, assim como os prefeitos das capitais. Alguns precisaram ser rapidamente “desnomeados” como o Governador Leon Peres do Paraná, por corrupção.

O Governo deixava de buscar nas urnas sua legitimação. Bastava o “milagre” econômico e a copa do mundo. Foi o tempo agressivo em que não se admitiam críticas ao modelo vigente e o tempo dos slogans tipo “Brasil — ame-o ou deixe-o”.

Em 1972, nas eleições municipais, novamente vitória do Governo, com exceção de grandes cidades do Sul, onde o eleito-rado votou na oposição.

O REINO DOS CASUÍSMOS

O ano de 1973 marcou o fim do milagre brasileiro. O retorno do grupo castelista ao poder, com o General Golbery e Ernesto Geisel trouxe uma estratégia de “descompressão” e mais tarde de “abertura lenta, gradual e segura”.

O primeiro resultado mais palpável da nova política foram as eleições de 1974, onde, pela primeira vez, o Governo deixou que transcorressem sem maiores intervenções e com certa liberdade de acesso dos candidatos aos meios de comunicação e, em especial, à televisão.

O resultado foi a arrasadora vitória da oposição. Dos 22 estados em que havia cadeiras do senado em disputa, a oposição ganhou 16, conquistando também maioria nas Assembléia estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

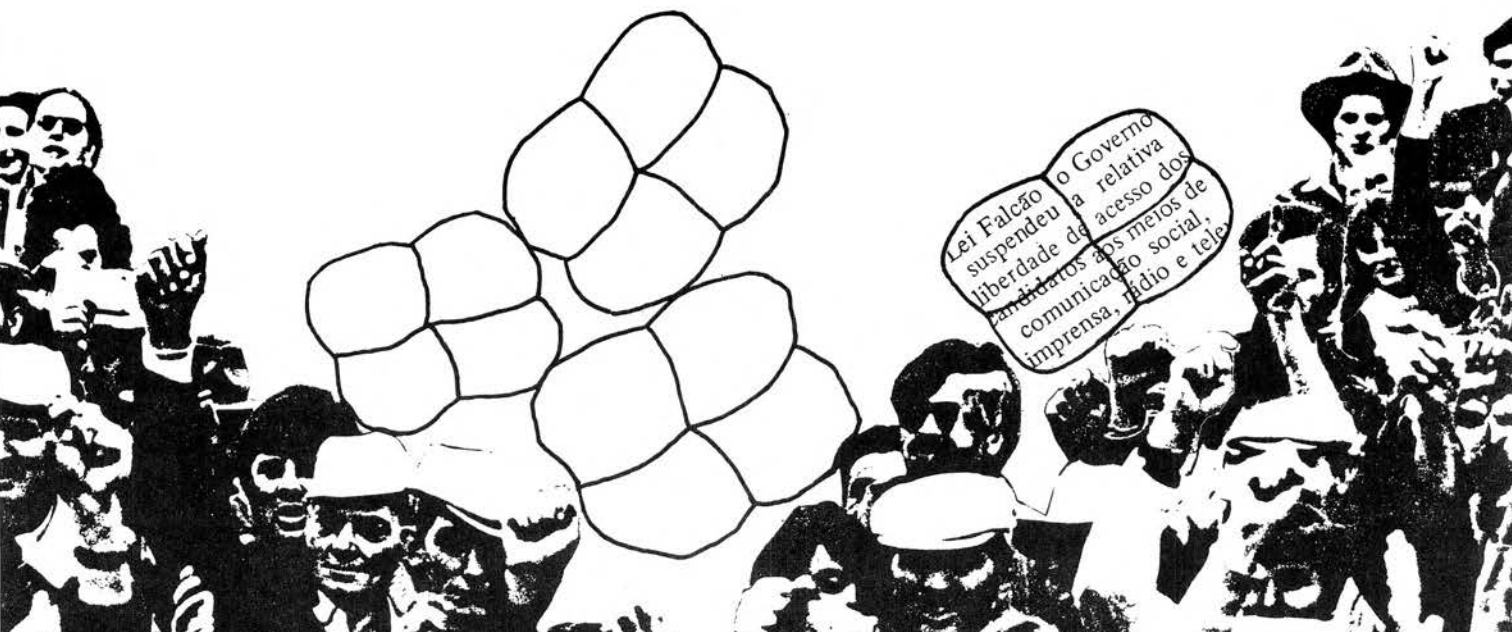
Daí para frente retomamos o caminho firme dos “casuísmos”, isto é, de arranjos de última hora na legislação, para assegurar a vitória do Governo nas urnas.

Damos abaixo a lista dos principais casuísmos e para que serviram:

Lei Falcão — 1976

O nome veio do então ministro da Justiça, Armando Falcão. Assustado com a derrota eleitoral de 1974, o Governo suspendeu a relativa liberdade de acesso dos candidatos aos meios de comunicação social, impedindo assim todo e qualquer debate na imprensa, rádio e televisão. Nenhum candidato podia falar qualquer coisa. Podia apenas mostrar no vídeo o seu retrato mudo, seu número de inscrição eleitoral e o nome do seu partido. Muitos candidatos do partido do Governo imprimiam sua propaganda eleitoral sem dizer que pertenciam à ARENA, para enganar o eleitorado.

O pretexto utilizado para a Lei Falcão era de que as eleições eram municipais e de que os veículos de comunicação, como rádio e televisão eram de âmbito regional e nacional, havendo o risco de se transformar o pleito municipal num debate dos problemas nacionais, evidentemente desfavorável ao Governo. O pretexto era puro pretexto, pois logo depois em 1978 vie-



ram as eleições nacionais e a Lei Falcão foi mantida do mesmo modo. Até agora, ninguém mexeu na Lei Falcão, a qual continua em vigor.

Ela foi apresentada na época como um aperfeiçoamento democrático pois previa que a Direção Nacional dos partidos poderia, uma ou outra vez, usar um tempo gratuito na televisão para expor seu programa à população. A primeira vez em que a Oposição, através do seu líder na Câmara, Alencar Furtado, usou deste direito, denunciando na televisão a persistência da tortura, aplicada pelos órgãos de informação nos presos políticos, teve seu mandato parlamentar cassado.

Pacote de abril de 1977

Aproximavam-se as eleições de 1978. Embora o Governo dissesse aos quatro ventos que obtivera uma arrasadora vitória nas eleições municipais de 1976, ele mesmo não acreditava em sua própria propaganda e havia grande medo e inquietação dentro do Governo e da ARENA diante das eleições de 1978.

Muita coisa estava em jogo: Como tantas vezes desde 1964, a eleição dos governadores voltaria a ser direta, conforme previa a Constituição; das 66 cadeiras do Senado, 44 seriam renovadas, assim como a totalidade das cadeiras da Câmara dos Deputados e das Assembleias Estaduais.

O Governo detectou sério risco de perder a maioria no Senado e na Câmara, de perder o Governo dos principais Estados e ficar em minoria nas Assembleias.

Como salvar a ARENA e o Governo do naufrágio à vista? O pretexto foi logo encontrado: em março de 1977 discutia-se no Congresso a reforma do Judiciário. O projeto enviado pelo Governo sofria severas críticas de todos os setores da sociedade. Assustado, o Governo despachou o senador Accioly Filho da ARENA com o encargo de negociar os termos do projeto com a Magistratura, a Ordem dos Advogados do Brasil, com alguns setores da oposição, preparando-se então um substitutivo. Em fins de março, o substitutivo Accioly Filho foi apresentado ao Congresso e rejeitado pela ARENA que, através de outro substitutivo "José Bonifácio-Eurico Resende" reapresentou o projeto do Governo. Este foi por sua vez rejeitado.

O Governo encheu-se de ira, disse que a oposição estava radicalizando e privando o país da urgentíssima e inadiável reforma do judiciário (que devia ser aquela que o Governo queria e não a de que a sociedade necessitava) e por isso fechou o Congresso Nacional.

O pretexto do fechamento do Congresso era decretar, contra a opinião do Congresso, da Magistratura, dos advogados e da sociedade, a nova Lei da Magistratura.

A desculpa era esfarrapada pois, na realidade, o que o Governo se apressou a apresentar ao País perplexo foi um maciço "PACOTE ELEITORAL", o "PACOTE DE ABRIL", como o povo passou a chamá-lo.

Quais foram as principais medidas do pacote?

Em primeiro lugar, uma medida nossa velha conhecida: de novo o povo foi proibido de escolher seus governadores. As eleições de Governador voltaram a ser indiretas.

Em segundo lugar, os governadores não seriam eleitos mais pela Assembleia que o povo elegeria em 15 de novembro de 1978, pois não se sabia qual seria o resultado das eleições. Seria eleito pela velha assembleia, em fim de mandato, dois meses antes das eleições de novembro (a 15 de setembro). Assim, antes das eleições, já se teria o novo governador nomeado pelo Planalto e referendado pela Assembleia.

Em terceiro lugar, ficava o problema de que a oposição já era maioria nas Assembleias de vários Estados. O Governo fez nova ginástica e inventou um novo colégio eleitoral que seria formado pelos deputados das assembleias, mais os presidentes das Câmaras Municipais. Segundo o Governo, era para democratizar mais as eleições! Se era para democratizar, por que proibir ao povo de escolher diretamente seus governadores? Que democracia era essa em que o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, representando os votos de mais de quatro milhões de eleitores, tinha o mesmo peso eleitoral do presidente da Câmara de qualquer pequeno município, como Uru e Balbinos (Estado de São Paulo), com menos de 400 eleitores cada um?

O que se queria, era realizar a mágica que se fez em São Paulo: Embora o povo do Estado de São Paulo tenha dado 80% dos votos para a Oposição e apenas 20% para o partido do Governo, embora a ARENA não tivesse eleito nem um terço dos deputados na Assembleia Legislativa (apenas 24 dos 75 deputados estaduais), ela pôde, tendo apenas 1 em cada 5 votos dos paulistas, empurrar o governador biônico Paulo Salim Maluf, através do colégio eleitoral constituído por vereadores da ARENA dos pequenos municípios.

Assim, em todos os Estados em que o Governo perdeu, com exceção da Guanabara, ele nomeou, contra a vontade do povo nas urnas, os governadores que ele quis.

Em quarto lugar, o Governo fez também mágica para continuar com maioria no Senado. Para não correr nenhum risco de perder, proibiu o povo de escolher 22 dos 44 senadores. Para estes, o Governo não precisou ouvir o povo ou submetê-los à votação: já foram nomeados diretamente, como qualquer funcionário público. Pior até, pois nem concurso precisaram fazer. Assim, em todos os Estados, o Governo, das duas vagas para o Senado, já tinha assegurada a vitória de uma, ou seja de 50% das vagas. O povo manifestou seu desprezo apelidando de "biônicos" a todos estes senadores sem votos populares.

Mas o Governo ainda tinha receio de perder muitas das outras 22 cadeiras que estavam submetidas à escolha popular. Fez nova mágica: inventou as sublegendas para senador. A mágica deu resultado: em Pernambuco o povo elegeu, com maioria de votos, Jarbas Vasconcelos do MDB. O senador por Pernambuco foi Nilo Coelho que perdeu as eleições para Jarbas Vasconcelos mas que depois ganhou todos os votos dados ao outro candidato da ARENA, Cid Sampaio. A mágica serviu em alguns outros Estados, mas não em São Paulo onde o senador Franco Montoro fez mais de 5 milhões de votos, o segundo candidato

do MDB, Fernando Henrique Cardoso, 2,5 milhões e o candidato da ARENA pouco mais de 2 milhões. A mágica também não deu certo no Rio Grande do Sul, em Goiás, no Rio de Janeiro. Mas no conjunto o Governo alcançou o que queria. Ficou com folgada maioria no Senado.

Em quinto lugar, o Governo fabricou nova mágica para ganhar na Câmara.

Outro dia, num debate público, falando sobre casuísmos, um jovem líder oposicionista dizia que agora só faltava o Governo decretar que o voto a favor do Governo valeria dois e o de quem votasse na oposição ficaria valendo apenas um.

Lembrei-lhe que isto já foi feito e que pouca gente se deu conta. Senão, como explicar que o MDB tenha tido, nas eleições de 1978, 17 milhões de votos e a ARENA 16 milhões e que, assim mesmo, a ARENA tenha feito uns quarenta deputados a mais do que o MDB?

Vamos ver qual foi a mágica desta vez.

O Governo provocou duas alterações na legislação eleitoral para favorecer seu partido.

Em primeiro lugar, o mapa eleitoral do país mostrava claramente que o Governo ganhava nas regiões rurais onde ainda funcionava o "curral" eleitoral do coronel, mas perdia invariavelmente nos grandes centros urbanos. Sua vantagem estava nos Estados do Norte e do Nordeste e sua derrota nos Estados do Sul e Sudeste.

O grande problema do Governo era como diminuir o peso do voto urbano e do sul do País e engordar e inchar o valor do voto rural e das regiões politicamente mais atrasadas.

A antiga legislação determinava que o número de deputados federais de cada Estado era determinado pelo número de eleitores daquele Estado. Ora os Estados em que o Governo ganhava, eram os menos populosos e com maior número de

analfabetos. Isto significa que, a cada eleição, o número de deputados das regiões favoráveis ao Governo era menor, enquanto as regiões oposicionistas era cada vez maior por causa de sua população alfabetizada e, conseqüentemente, do seu maior colégio eleitoral.

Para engordar o número de representantes das áreas rurais e analfabetas, o Governo decidiu que o número de deputados seria determinado pelo número de habitantes e não mais pelo número de eleitores. Assim os habitantes, fossem eles crianças, analfabetos, não eleitores serviam para aumentar o número de deputados de seus Estados, mas, na hora da votação, só compariaeria mesmo o pequeno número de eleitores.

Mesmo engordando o número de deputados dos Estados menos alfabetizados, a mágica não era suficiente para transformar a minoria em maioria. O Governo deu novo golpe. Os territórios, onde o Governo costumava sempre ganhar, teriam 2 deputados em vez de 1. Ficou resolvido também que o número mínimo de deputados por Estado seria de oito, independente do seu número de habitantes ou de eleitores e que a maior representação seria de 55 deputados. Esta foi a grande mágica. São Paulo tem atualmente 11 milhões de eleitores num total de 51 milhões. Numa Câmara Federal de 420 deputados, teria direito a exatamente 90 deputados, pois seus votos representam 21,5% do eleitorado nacional. Assim só de São Paulo onde 2/3 dos votos são oposicionistas, o Governo diminuiu 35 deputados. Assim, no dia de hoje, um deputado por São Paulo representa 200.000 eleitores (11 milhões divididos pelas 55 cadeiras).

O Estado do Acre, com pouco mais de 70.000 eleitores, vai eleger 8 deputados. Cada deputado precisa de 8.750 votos. Isto quer dizer que o voto de um acreano vale, praticamente, o voto de 23 paulistas.

É por isto que os Bispos diziam, no seu documento sobre a conjuntura política, que a primeira regra do regime democrático é a de assegurar "o mesmo peso ao voto de cada cidadão" (nº 15).



No Brasil não é mais assim, pois há determinados cidadãos, exatamente nos lugares onde se vota no partido do Governo, cujo voto pode valer 23 vezes mais do que o voto de um outro cidadão que mora numa região, onde, por mera coincidência, se vota na oposição.

Por isto a ARENA, mesmo tendo perdido as eleições no conjunto do país, fez todos os governadores, menos um, fez a maioria no Senado, graças aos senadores biônicos e fez maioria na Câmara, graças a todos esses casuísmos.

Agora fica mais fácil entender a palavra dos Bispos no documento já citado: "TODOS OS CASUÍSMOS ORIENTADOS PARA FAVORECER MINORIAS E IMPOR RESTRIÇÕES ARTIFICIOSAS QUE DEFORMAM A GENUINIDADE DA VONTADE POPULAR SÃO ANTIDEMOCRÁTICOS E COMO TAIS INACEITÁVEIS" (reflexão cristã sobre a conjuntura política, nº 16).

A outra modificação trazida pelo pacote de abril deixava transparecer uma preocupação mais a longo prazo. O regime não queria perder maioria nem no Senado, nem na Câmara, nem nos governos estaduais e nem nas capitais, mas, se perdesse, não haveria problema, desde que permanecesse firme o controle geral do sistema, pela manutenção dos generais-presidentes, indicados diretamente pelo alto escalão militar e controlados pela comunidade de informações.

É ali que se travava a verdadeira batalha do regime que fez o presidente Geisel destituir seu ministro da Guerra Sílvia Frota e depois, num lance também espetacular, o seu chefe de gabinete militar, General Hugo de Abreu, porque não concordavam com o monopólio de poder exercido por um grupo muito restrito.

Quando da sucessão de Médici, em 1973, o deputado Ulisses Guimarães se apresentou como anticandidato à presidência da República, embora se tratasse de um jogo de cartas marcadas e Geisel já fosse o ungido por antecipação.

Em 1978, o MDB apresentou como candidato o General Euler Bentes Monteiro, tentando introduzir o debate sobre a questão da sucessão presidencial.

O pacote de abril cuidou bem de que não escapasse o controle da sucessão presidencial das mãos do sistema.

Primeiro, o mandato presidencial foi estendido de 5 para seis anos; em seguida foi mudado o colégio eleitoral encarregado de aprovar a indicação do sistema militar. Seria o congresso acrescido de representantes das assembleias estaduais. Para evitar qualquer imprevisto, o presidente não seria mais eleito depois das eleições, mas com o velho congresso e com as assembleias já em fim de mandato, ficando antecipada para 15 de outubro a escolha do presidente e vice, marcada para 15 de janeiro.

Novamente, no chamado processo de abertura e, ao mesmo tempo, de fechadura do presidente Figueiredo, a preocupação maior é com o colégio eleitoral que irá eleger o seu sucessor para governar o país de 1984 a 1990.

Os novos casuísmos, tanto do pluripartidarismo quanto do "pacote" de novembro de 1981, vão na mesma direção: fazer com que nada mude no essencial do regime, mantendo o povo afastado de qualquer influência na escolha do presidente da República.

REFORMA PARTIDÁRIA: NOVA MÁGICA PARA CONTINUAR GANHANDO, SENDO MINORIA.

"Juro que vou fazer deste país uma democracia... Prendo e arrevento quem se opuser a ela" (Presidente Figueiredo).

"A Igreja está profundamente comprometida com a instauração e consolidação da democracia, e como tal denunciará todas as formas de regulamentação eleitoral que distorçam a autenticidade da representação popular" (Reflexão cristã sobre a Conjuntura Política, nº 18).

1979:

A vitória numérica do MDB em 1978 fez o Governo compreender que seria derrotado em qualquer eleição honesta, fossem elas majoritárias ou proporcionais, em nível nacional e mesmo em nível estadual, nas principais unidades da Federação. Para evitar isto, foi inventada a Reforma Partidária, com dois princípios básicos:

1. Fraccionar as oposições através da criação de vários partidos.
2. Manter unido o bloco governamental, facilitando a acomodação de diversas correntes políticas, através das sublegendas.

Seria pois, dividir as oposições, e manter unido o partido do Governo. A resistência da oposição em aprovar a lei que decretava a sua divisão, mantendo unido o partido do Governo, obrigou o Presidente Figueiredo a negociar: a oposição aprovaria o pluripartidarismo, mas o Governo não daria ao seu partido as sublegendas. Bastou a oposição aprovar a reforma partidária, para que o Presidente Figueiredo não mantivesse a palavra empenhada e vetasse o artigo que extinguia as sublegendas.

1981:

Dois anos depois, as oposições que o Governo queria ver divididas, uniram-se no Congresso, e com o apoio de alguns dissidentes do PDS, derrotaram o instituto da sublegenda para as eleições diretas a governador dos Estados. Sem as sublegendas, o Partido do Governo, segundo órgãos de informação do próprio Governo, ganharia em apenas 4 Estados da Federação, perdendo nos 18 restantes.

Diante deste quadro inevitável de derrota do Partido do Governo nas eleições para governador e o risco de perder o controle do colégio eleitoral encarregado de eleger o novo Presidente em 1984, o Governo partiu para uma nova expoliação dos direitos políticos do povo. Diante do agravamento da situação econômica, social e política do País, com a oposição acuada pelos atentados à bomba às bancas de jornal, à residência de

diversos deputados, à destruição do Parque gráfico do jornal de oposição "A Tribuna da Imprensa", aos atentados à bomba à OAB e à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e, finalmente, ao episódio do Riocentro, onde os militares envolvidos não foram nem indiciados nem punidos; com a condenação dos líderes sindicais do ABC, com a prisão e expulsão de sacerdotes, com o assassinato de líderes sindicais rurais e advogados dos sindicatos rurais, a oposição voltou a se unir, derrotando por duas vezes o Governo no Congresso, apesar de estar em minoria.

Novembro de 1981:

No momento em que o Governo, incapacitado de fazer aprovar arbitrariamente novos projetos de lei, negociava com as oposições a criação do Estado de Rondônia, a data das eleições e a lei de ineligibilidade, o Presidente Figueiredo, que prometeu fazer do país uma democracia, baixou um pacote eleitoral antidemocrático e arbitrário.

NOVO PACOTE

O novo pacote, visando salvar o Governo do desastre eleitoral, propõe as seguintes medidas:

Proíbe as coligações partidárias.

Vincula os votos em todos os níveis.

Obriga todos os partidos a apresentarem chapa completa de governador a vereador, incluindo deputados estaduais e federais, senadores, prefeito e vice-prefeito.

Com receio de perder sua precária maioria parlamentar, coagida a votar este absurdo eleitoral, o Governo obrigou o PDS a "fechar questão" na votação deste pacote, de tal modo que qualquer deputado que votasse contra a sua aprovação perdesse o mandato.

As principais consequências do pacote são:

Imediato favorecimento do PDS, único partido com Diretórios em todos os municípios do País.

Municipalização do pleito, que é, ao mesmo tempo, estadual e nacional, pois vincula, à escolha municipal, as opções tão diferentes como a escolha de governador, deputado estadual e federal, senador.

Como o partido do Governo ganha tradicionalmente as eleições municipais, sobretudo pelo seu poder de pressão econômica e social a nível local, o governo tenta transferir esta vitória municipal para os outros níveis.

Ao eleitor não se deixa nenhuma alternativa de escolha, pois seu voto, uma vez escolhido apenas o vereador de sua cidade, já estará definido, pelo mesmo partido, em todos os outros níveis.

Proibindo as coligações e obrigando os partidos de oposição a apresentarem candidatos a governador, mesmo sem nenhuma chance de vitória, o governo obriga as oposições a brigarem entre si e a dividirem o eleitorado.

O eleitor do partido de oposição que não tiver diretório em seu município e que quiser votar para o candidato a deputado, senador ou governador de seu partido, terá o seu direito de voto cassado a nível municipal.

Se algum dos partidos de oposição retirar seu candidato a governador, favorecendo assim outro candidato opositorista em melhores condições, terá todos os votos a ele conferidos anulados no conjunto do Estado.

A resposta das Oposições foi a fusão entre os dois maiores partidos, o PMDB e o PP, aprovada pelo Tribunal Eleitoral, contra a vontade do Governo.



Este já reagiu, enviando ao Congresso projeto de lei que permite aos inscritos no PMDB e só neste partido, bandearem-se para outros partidos nos próximos seis meses. Isto deverá criar um quadro de instabilidade e de insegurança até às vésperas das eleições.

Este adendo é de Yves Lespaubin

O livreto de José Oscar Beozzo foi escrito no início do ano. Acrescentamos a seguir as medidas que o Governo tomou posteriormente.

1982

O “pacotinho” de março

Considerando insuficiente o pacote de novembro, o Governo baixou um “pacotinho” pelo qual é considerado nulo o voto de legenda, isto é, aquele em que o eleitor indicar apenas a sigla do partido sem colocar os candidatos. A medida atinge fundamentalmente os partidos de oposição e sobretudo os partidos que têm poucos candidatos conhecidos do público. É de se notar que em 1978, a ARENA obteve menos de 500 mil votos deste tipo enquanto o MDB conseguiu quase 2 milhões — assim fica óbvio o objetivo do “pacotinho”.

1982

O pacote de junho

Neste novo pacote o Governo estabelece:

O quorum mínimo para aprovação de emendas constitucionais será de dois terços da Câmara Federal e dois terços do Senado e não mais de maioria absoluta. O objetivo é claro: prevendo a possibilidade de não obter maioria no Congresso a partir das eleições de 82, o Governo elevou o quorum para impedir qualquer emenda constitucional que não seja do seu interesse.

Eleva de 420 para 479 o número de deputados federais e fixa o número máximo de vereadores por município em 33 (e não mais 21).

Estabelece para as eleições de 86 o voto distrital misto.

O Colégio Eleitoral que elegerá o presidente da República (a 15 de janeiro de 1985) será composto pelo Congresso Nacional e mais seis delegados por Assembléia Legislativa, indicados pelo Partido majoritário. Com essa medida, o Governo garante a maioria para a eleição presidencial.

1982

Agosto: a cédula do Governo

Em agosto, o Tribunal Superior Eleitoral aprovou um modelo de cédula em que estão presentes, em colunas verticais, os cinco partidos e os nomes de seus candidatos a governador, senador e prefeito. O eleitor só teria de assinalar com um X seus candidatos preferidos a estes cargos e escrever o nome ou número de seus candidatos a deputado federal, estadual e vereador.

O Governo, porém, enviou ao Congresso um modelo de cédula que, se não for votado, será aprovado por decurso de prazo. Este não contém as siglas partidárias e o eleitor tem de colocar o nome ou número dos candidatos a todos os cargos; só em baixo o eleitor deve colocar o nome do Partido. Este modelo de cédula possibilita o surgimento de maior número de votos nulos, pois dá mais chances ao eleitor de — por engano — votar em candidatos de partidos diferentes, o que anulará o voto já que é exigida a vinculação.

Assim, de inúmeras maneiras o Governo procura dificultar o voto nas oposições e complicar a eleição, o que acarretará muitos votos nulos. Em última análise, ele faz de tudo para impedir um resultado que lhe seja desfavorável.

Sidney Waisman



cartilhas & cartilhas

INTRODUÇÃO

Para comentar aquilo que se tem chamado "cartilhas políticas" é preciso, em primeiro lugar, colocar alguns pingos nos ii:

Educação política é mais do que "cartilhas"...

As cartilhas políticas que vêm circulando nos grupos de base, sobretudo em época de eleições, são apenas um dos instrumentos para uma educação política. Esta se desenrola lenta e processualmente, a partir de iniciativas das Igrejas e em torno de questões muito concretas: o custo de vida, o direito de morar, a terra para plantar, o espaço para os índios viverem, os direitos das mulheres, o salário dos trabalhadores, o direito à saúde e principalmente o direito de organizar-se, defender-se e propor alternativas.

Nas CEB's, círculos bíblicos, paróquias, movimentos de bairro, na mobilização sindical e etc., há, sem dúvida, um trabalho muito mais amplo de apoio a uma tomada de consciência da necessidade de participação popular nas decisões que não se reduz ao momento eleitoral.

Não pretendemos abranger, portanto, o conjunto da ação pastoral política que se dá no bojo da discussão da fé consequente, mas somente, observar as cartilhas políticas.

Não temos mesmo a intenção de analisá-las mas, de trocar um perfil dos 22 exemplares que conseguimos obter a tempo e que visam as eleições de 82. Foram publicados no período que se situa entre 1980 e 1982.



Rio de Janeiro

Cartilha em uso é diferente de cartilha em estante...

Uma coisa é olhar as cartilhas em si; outra coisa é o instrumento de trabalho em sua utilização concreta. Nesse sentido, cartilhas têm contexto, carne e osso, gente que lê, usa, parte ou todo, mistura com outros textos, discute, elimina, modifica ou nega, distorce ou completa. Há mediações diversas, de agentes de pastoral, sacerdotes, assessores, pastores, grupos em reunião. Há os hábitos locais, os códigos de compromisso, enfim situações muito determinadas que não admitem que em se falando de cartilhas pretenda-se falar também do resultado do trabalho que se faz com elas ou apesar delas.

Quem somos nós?

Há no Brasil uma prática menos conhecida e não muito valorizada, em face da movimentação que hoje se verifica em apoio e a serviço da organização popular. É a prática de documentação à qual se dedicam inúmeros Centros e muitas pessoas que têm por objetivo oferecer informação e resguardar a memória de um tempo novo no qual surgem outros atores na cena social. Autores e escritos de teor bem diverso passam a ocupar os acervos tradicionais pois a eles se acrescenta a palavra dos que sempre estiveram fora das bibliotecas, e que se têm feito presentes através de uma imensa quantidade de boletins, folhetos, panfletos, desenhos, e toda a sorte de meios de comunicação acessíveis às camadas populares que desejam expressar-se.

Nossa ótica, portanto, vai ser a de quem coleta, lê e classifica, esse tipo de material pobre e frágil em face dos Meios de Comunicação de Massa, que é o compatível com o grau de organização popular no Brasil. Nossa prática de documentalistas tem sua dinâmica própria. Subordina-se à lógica da informação, e está envolvida no serviço ao movimento popular, sempre de maneira diferente daquela dos que se fazem diretamente presentes nas lutas populares.

COMENTANDO AS CARTILHAS

Para nós, o que são?

Muito material que nos chega, parece cartilha mas não é, ou é cartilha mas não parece...

Estamos considerando cartilhas políticas os documentos que:

são considerados assim por quem os fez;

não se confundem com as "Cartas Pastorais" em sua linguagem típica do magistério eclesialístico;

têm forma, linguagem, proposta gráfica e metodologia característica para apoio a um trabalho pedagógico e didático (incluem-se as coleções de slides);

destinam-se aos agentes de pastoral ou às camadas populares;

tenham por objetivo uma ação educativa de esclarecimento no momento das eleições;

tenham por objetivo uma ação educativa que ultrapassa as eleições;

tenham por objetivo esclarecer os cristãos em sua responsabilidade social;

sejam de autoria de Bispos, assessores, equipes de pastoral, ou das próprias camadas populares.

Quais as que lemos e estudamos para este artigo

Disponemos hoje de 63 cartilhas políticas no acervo do CEDI. Muitas delas foram feitas para o período eleitoral de 1978. Embora se tenha notícia de iniciativas anteriores, foi naquele momento que esse tipo de publicação surgiu no cenário das eleições, provocando notas na imprensa.

Em fevereiro de 1979, José Augusto Guilhon Albuquerque publicava nos Cadernos do CEAS: "Há quase um abismo entre

as 'Cartas Pastorais' de há uma década e as 'cartilhas', 'ABCs' e 'livrinhos' com que a Igreja se dirige hoje ao povo..." e ainda: "... Isso é tanto mais importante porquanto a mensagem política da Igreja — mensagem mobilizadora — define como interlocutor, ao menos em sua tendência majoritária, o povo, isto é as massas populares."

De lá para cá, muita água rolou embaixo do moinho... Mudaram os partidos, vieram os "pacotes", acrescentaram-se "casuísmos". A CNBB produziu os documentos: Subsídios para uma política social, 1979; Reflexão cristã sobre a conjuntura política, 1981; Houve Puebla, 1979 e a visita do Papa ao Brasil, 1980. As Igrejas Evangélicas começaram a tomar posição, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) fez sua cartilha, 1982; os metodistas produziram "Palavra dos Bispos Metodistas sobre as Eleições", 1982.

O movimento popular cresceu, fortaleceu-se, modificou-se qualitativamente. Levando em conta essas modificações, tomamos como base para os comentários que se seguem, as Cartilhas que estão enumeradas na bibliografia anexa (Anexo 1).

Por onde circulam as cartilhas?

As 22 cartilhas referidas estão espalhadas geograficamente segundo os Regionais da CNBB: os Regionais Nordeste I, II, III e IV; Leste I e II; Sul I, II, III e IV e Centro-Oeste. Estes abrangem os Estados de Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Território de Fernando de Noronha, Maranhão, Piauí, Sergipe, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Não temos documentos de Sergipe e Piauí. Também não dispomos de cartilhas dos Regionais Norte I e II e Extremo Oeste que compreendem os Estados de Amazonas, Acre, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Territórios de Roraima e Rondônia, Pará e Território do Amapá.

Os limites de circulação destes materiais são muito flexíveis. Não é possível restringi-los a um uso local. Percorrem os circuitos dos encontros, são intercambiados e distribuídos para além de suas jurisdições. Uns republicam os outros. A revista SEDOC reproduziu vários deles. As Paulinas publicaram Bate Papo sobre Po-

lítica, construído a partir de um primeiro livrinho mimeografado da Arquidiocese de Vitória.

As Cartilhas publicadas pelos Regionais da CNBB, atingem diversas Dioceses, Arquidioceses e Prelazias. Em alguns lugares, além da cartilha Regional, fez-se também material próprio. Por exemplo: o NE II da CNBB produziu seu documento Regional, mas a Arquidiocese da Paraíba que dele faz parte, tem além disso uma coleção de Cadernos, um Folheto de Cordel e um conjunto de slides.

Quem faz as cartilhas?

A partir dos dados que temos, é possível generalizar a idéia de que as Cartilhas são elaboradas por grupos de leigos, agentes de pastoral. Vejamos: Equipe de Campo Alegre de Lourdes (Juazeiro — BA); Equipe do Secretariado de Pastoral (Vitória); A Equipe (Paraíba); Coordenação Regional do Programa de Educação Política do Serviço de Assistência Rural — SAR (Rio Grande do Norte); Comissão Justiça e Paz com emendas dos Bispos do Regional (Sul II); Secretariado de Pastoral (Sul III); Equipe MEB (Ceará); CPT (Maranhão); CEPIS/CPV; Conselho Diocesano de Pastoral (Volta Redonda/Barra do Piraí).

Observam-se algumas particulares:

Goiás:

o texto recolhe o resultado de discussões populares. A equipe de Pastoral apenas seleciona os depoimentos e questões que devem ser publicadas.

Rio de Janeiro:

os autores citados são os Moradores das Comunidades (segue-se lista de 31 localidades da Diocese) e o Secretariado de Pastoral de Favelas.

MEB Crato:

o autor é Eugênio Dantas de Medeiros, cordelista.

São Paulo:

é criação do IDAC, grupo especializado em Educação Popular e produzido junto com a Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados.

Aparecida:

os autores são os Bispos da Região (D. Euzébio O. Scheid, D. Geraldo Penido,

D. João de Moraes e D. Antonio Miranda).

Uberaba:

o autor é Benedito de Ulhôa Vieira.

No que diz respeito às apresentações que funcionam como apoio, exortação ou espaço para orientação pastoral encontramos as assinaturas dos seguintes Prelados: D. Pedro Fedalto, D. Paulo Evaristo, D. José Rodrigues de Souza, D. Aloísio Lorscheider, D. Eugênio Sales, D. Aldo Gerna, D. Afonso Niehues, D. Urbano Allgaver, D. Fernando Gomes, D. Antonio Soares Costa, D. Rino Carlesi, D. Ladislau Bierbaski e D. Waldir Calheiros.

A cartilha feita pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) não está assinada e não traz apresentação mas contém o logotipo da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), Distrito Eclesiástico do Uruguai.

Como se apresentam as cartilhas?

São fundamentalmente dois tipos básicos de materiais:

os conjuntos de slides,
os livrinhos.

No primeiro caso temos:

Fé e Política

de São Paulo, que apresenta desenhos de Claudius Ceccon e algumas fotos da "caminhada", lembrando momentos importantes vividos pelas comunidades locais.

A Igreja e a Política

da Arquidiocese da Paraíba, fotos e slides com legenda para situar perguntas sobre o que se vai mostrando.

A História do Zé Brasil

de Juazeiro, Bahia, composta de desenhos em papel vegetal, de autor não indicado.

No segundo caso temos as seguintes variações:

texto corrido:

Uberaba, Aparecida, Florianópolis, Barra do Piraí/Volta Redonda e os Regionais Sul II e Sul III.

texto ilustrado:

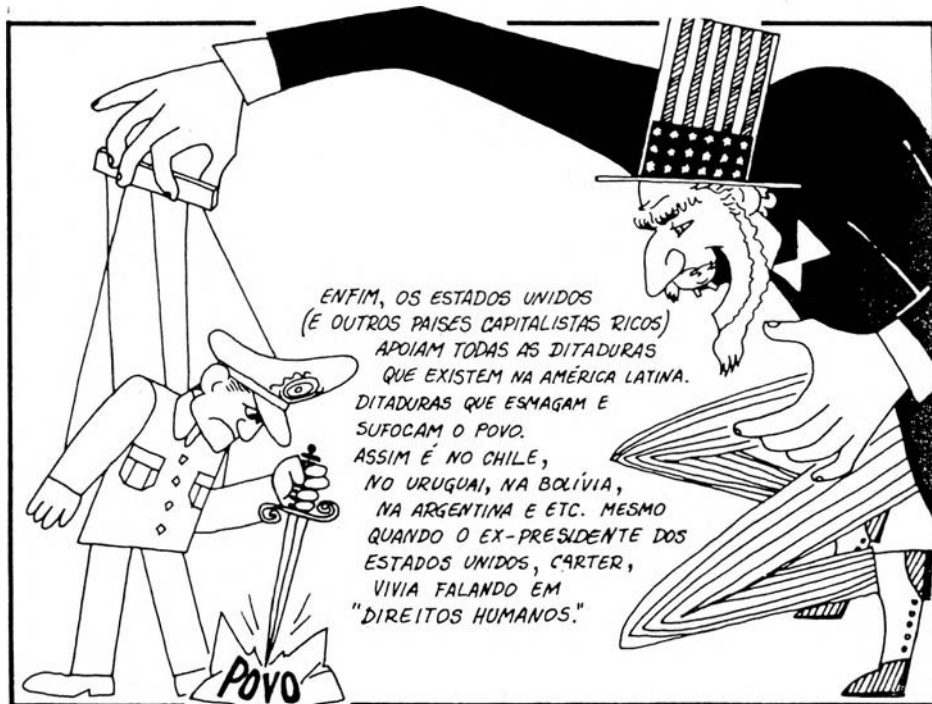
Balsas, MEB Ceará, Goiânia, Goiás, São Mateus, Vitória, Paraíba (cadernos 1 e 3),

Fortaleza, Regional NE II, São Paulo – CEPIS/CPV, Sul – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). E ainda: “Bate Papo sobre Política”, Vitória, ilustrado por Fabiano e “Política: Luta de um Povo”, Juazeiro, ilustrado por Renato e Ana Maura.

quadrinhos:

são apenas 3 casos: “Bate Papo sobre Política” (caderno 2) Vitória, “Educação Política 2” da Paraíba (apenas uma parte) e “O que eu posso fazer?” do Rio de Janeiro, ilustrado por Nani.

Recursos diferentes, geram propostas gráficas que oscilam desde o mimeografado em papel jornal, com desenhos feitos a estilete, até o impresso bem diagramado e cuidado como é o caso de “Educação Política”, NE II, “O que eu posso fazer?” do Rio de Janeiro e “Fé e Política” de São Paulo, reprodução do conjunto de slides.



Caderno 2, Vitória, ES

As soluções simbólicas utilizadas nas ilustrações são diversas e entre elas destacamos:

casaca e cartola para significar classe dominante (Goiás p. 7; São Paulo p. 61; Rio p. 16);

barriga grande, roupa esfarrapada para significar camadas populares (Vitória, Caderno 2, p. 4; Paraíba, Caderno 2, p. 12);

monstro para significar sistema capitalista (Juazeiro p. 3; Rio p. 21; Vitória, Caderno 2, p. 16);

“cartola” montado em cima do povo para significar opressão (Goiás p. 6; IECLB p. 3; Rio p. 16);

sacarrolha para significar má distribuição de renda (MEB – Ceará n. p.);

pirâmide sobre a distribuição da renda para significar classes sociais (IECLB p. 2; Juazeiro p. 26; Rio p. 10; Vitória, Caderno 2, p. 4; Fortaleza p. 33);

Davi e Golias para significar alternativa para o povo (Rio p. 13);

pontes para indicar alternativas partidárias (São Paulo p. 67);

gota que se transforma em rio caudaloso para significar movimento popular ou “caminhada” (São Paulo p. 59);

vários peixinhos que juntos podem engolir um tubarão, para significar união (NE II p. 32);

Tio Sam para significar dominação estrangeira e exploração (Vitória, Caderno 2, p. 29);

padre gordo e paramentado para significar aliança da Igreja com o poder (Vitória, Caderno 1, p. 24; Vitória, Caderno 2, p. 5);

árvore com raízes para significar as causas do capitalismo (Vitória, Caderno 1, p. 19) frutos, consequências do capitalismo;

equivalência entre meios de produção e condições de vida, para significar classes sociais (NE II p. 32);

escada feita de votos onde sobe o político, para significar voto como única alternativa do povo (Rio p. 15).



Juazeiro, BA

A respeito da linguagem utilizada nos textos caracterizamos dois tipos distintos:

Predominantemente popular: aqui encontramos o cordel; os ditos e provérbios populares; a própria reprodução da fala do povo; a imitação da fala do povo (diálogos construídos); história da Igreja, do voto, do Brasil contada coloquialmente apropriando-se de termos correntes e locais.

Não pretendendo ser popular:

aqui encontramos uma preocupação nítida com o texto acessível e simples, mesmo nos casos onde ele é magisterial ou exortativo; um caso de linguagem científica também simples e de fácil compreensão mas que não abandona a precisão exigida pelo tema.

Tanto nos textos de linguagem popular como nos que não o são, observa-se como tônica o desejo de falar ao povo, atingir o povo, significar para o povo. Contraditoriamente é essa mesma preocupação que gera em alguns casos simplismos e reducionismos, sobretudo quando se trata de explicar os mecanismos da sociedade.

Como se estruturam pedagogicamente, as cartilhas?

Em termos de estrutura pedagógica encontramos dois grupos típicos e alguns casos especiais:

Pergunta e resposta:

este caso pode aparecer claramente ou de maneira não explícita. No entanto visando o mesmo objetivo, isto é, fazer apreender uma mensagem pronta (Florianópolis; CPV/CEPIS; Goiânia; Juazeiro; Balsas e Uberaba).

Ver, julgar, agir:

o conhecido método introduzido no Brasil pelos movimentos de Ação Católica desde a década de 50 é citado explicitamente em Fé e Política, de São Paulo e em A Força do Povo, de São Mateus, onde está acrescentado do verbo celebrar.

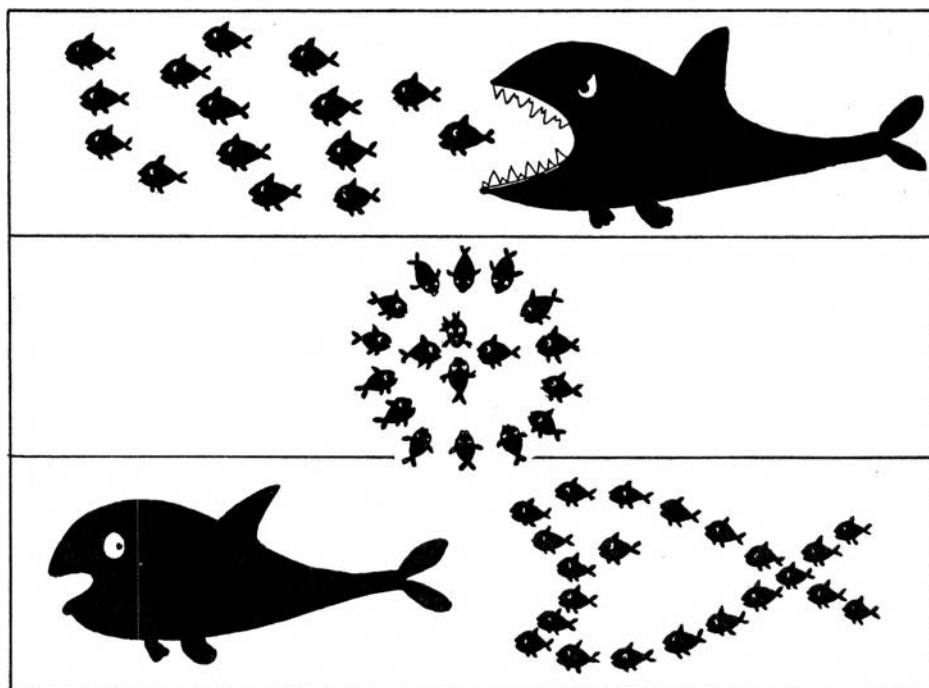
De forma não explícita aparece na maioria dos documentos estudados e seguindo esquemas que poderíamos classificar como variações:

MEB-Ceará:

roteiros de encontros seguindo as etapas — fato/aprofundamento histórico/reflexão religiosa/diálogo popular ilustrativo;

Sul III:

introdução do coordenador/diálogo popular sobre o tema/texto da doutrina da Igreja/questões para discussão/reflexão litúrgica ou canto;



Regional NE II

Sul II: Rio de Janeiro; Balsas; CPT-Maranhão; Vitória (*Caderno 1*); Fortaleza; Uberaba e IECLB:

apresentam um esquema simplificado que poderia ser descrito como ver/julgar. Isto é, oferecem, através de várias formas, dados do real e uma etapa de aprofundamento que pode aparecer em perguntas, texto bíblico comentado, explicação direta, a palavra do Papa etc. Aqui o “agir” não fica claro mas é possível entrever que espera-se uma tomada de posição dos grupos em suas discussões particulares.

Entre o que chamamos de *casos especiais* encontramos:

Aparecida e Volta Redonda:

são exortações que vão depender exclusivamente do tipo de uso que for dado; leitura, discussão etc.

Paraíba (*Cadernos 1 e 3*) e *Política do Tempo de Jesus e Política de Hoje*; e MEB-Crato:

estes, são cordéis. Sua estrutura pedagógica é própria. Não pretendem “educar” no sentido intencional do termo. São. Contam. Dizem no seu modo de dizer, consagrado sobretudo no Nordeste.

Goiás:

a estrutura pedagógica não aparece no texto. Monta-se fora dele, é anterior a ele.

Corre pelo leito da pesquisa participante, proposta na qual se dá fundamental importância à discussão que se dá realmente nos grupos e é reproduzida tal qual, de alguma forma “devolvida” aos próprios grupos.

Paraíba (*Caderno 2*); Juazeiro, Coleção de slides *A História do Zé Brasil*; Vitória (*Cadernos 1 e 2*) e *Diálogos Populares* em várias cartilhas:

Nesses casos o personagem é usado como figura para identificação do leitor. Por exemplo: Paulo é descrente. Não quer lutar pois não acredita que os pequenos tenham possibilidade de modificar nada. Em conversa com os vizinhos, membros da comunidade, acaba convencendo-se que é importante participar e organizar-se. Na união encontrará sua força. Paraíba (*Caderno 2*).

Regional NE II:

situamos essa cartilha como caso especial, em primeiro lugar porque é a única que se dirige explicitamente a animadores. Nesse sentido, mostra o tipo de encaminhamento que deve ser dado, a cada passo da produção/apreensão de conhecimento.

Em segundo lugar porque, embora à primeira vista possa ser confundida com uma das variações de “ver, julgar, agir”, na realidade busca outra saída metodológica,



São Paulo

consciente ou inconscientemente e que tem a ver com os conteúdos que aborda.

São 3 blocos de “lições” divididos em etapas. Fundamentalmente cada lição apresenta dados da realidade próxima, tomando mais a conjuntura segue-se “clareando as idéias”, que apresenta aspectos estruturais da sociedade e o “arrematar”, que corre pela relação entre a fé e a política.

Aparecem espaços para discussão, perguntas abertas para confirmar ou negar o que se vai apresentando.

Sobre o que falam as cartilhas?

As cartilhas em seu conjunto abordam: a estrutura da sociedade; a conjuntura, tanto no sentido das condições atuais da vida das camadas populares, quanto no sentido do momento eleitoral; a responsabilidade social do cristão relacionando fé e política.

Quanto à estrutura da sociedade:

O capitalismo é apresentado como um sistema que não gera felicidade nem união entre os homens, mas competição, individualismo e esmagamento das grandes maiorias envolvidas na produção de bens. Vários conceitos são utilizados para explicar os mecanismos estruturais que regem nossa sociedade: classes sociais, produção, trabalho, valor, preço, lucro, salá-

rio, interesses de classe, ideologia de classe, circulação de mercadorias, consumo.

O texto do NE II, é preciso e claro neste aspecto. Nos outros textos aparecem interpretações menos nítidas, por exemplo: para demonstrar as diferenças existentes entre as condições de vida do povo e a dos outros grupos sociais, parte-se da noção de injustiça, utilizam-se expressões tais como: pobres e ricos; fortes e fracos; opressores e oprimidos. A referência a camadas médias é lembrada em apenas três textos. Há um caso em que as diferenças sociais são explicadas numa perspectiva da dependência, isto é, é a exploração dos países pobres pelos países ricos a responsável pelas condições de vida do povo, nos lugares onde a mão-de-obra deve permanecer barata.

“As diferenças de classe que existem em nossa sociedade, também existem entre os países. Assim como em nossa sociedade existem ricos e pobres, também existem países ricos e pobres” (Vitória).

A lógica do capitalismo aparece em um caso, explicada em termos de causa e efeito: as raízes do capitalismo são a propriedade privada, o individualismo, e o lucro. Os frutos do capitalismo são miséria, doença, fome e desemprego. (Vitória — Caderno 1).

Em várias cartilhas, as classes sociais são explicadas a partir das diferenças de renda. Ex: Pirâmide (Juazeiro p. 26).

Quanto à conjuntura:

A incidência na descrição da situação de vida é grande. Fala-se de falta de transporte, emprego, saúde, salário, mortalidade infantil. Apresentam-se alguns dados, sobretudo a respeito da distribuição de renda. Praticamente são todas as cartilhas que tocam na questão das condições de vida do povo, e sob as mais variadas formas: alertando, demonstrando, simbolizando.

O momento eleitoral é visto como de grande importância. O voto apresentado como arma, única arma, uma das armas.

Há uma atenção especial para a denúncia de voto vendido, comprado, trocado por favores, com amigo ou parente. Voto de morto aparece como recurso eleitoral usado pelos corruptos para ganhar eleições contra os pequenos.

A questão de reforma partidária é apresentada em prosa e verso, mostrando-se quais são os novos partidos, a incorporação, a história dos partidos no Brasil.

Já a reforma eleitoral, ainda é pouco explícita. Há referências ao voto vinculado chamando-se a atenção do eleitor para o cuidado necessário para não perder o voto, não anular não deixar em branco.

Política é uma questão de bem comum, políticos podem ser pessoas de bem ou pessoas em quem não se deve confiar. Apenas uma cartilha fala “não espere que os candidatos sejam perfeitos para merecerem seu voto. São homens. Portanto têm defeitos. Basta que eles sejam bem orientados e dispostos a servir. Seu voto não é para anjo nem demônio. Mas, para gente” (Uberaba).

Em termos da relação entre a fé e a política:

Com relação a este item, registramos dois grupos de documentos observando o modo pelo qual as Igrejas intervêm neles:

Cartilhas com ênfase na educação política, onde se acentua a organização do movimento popular e nas quais praticamente não aparece a Igreja e nem as questões da fé (CEPIS/CPV e MEB-Crato).

Esses organismos não são porta-vozes da Doutrina Social da Igreja. Dirigem-se a cristãos e não cristãos.

Cartilhas com ênfase na educação política e cujo destino são os grupos de cristãos que se vêm organizando em defesa de seus direitos, no espaço criado pelas pastorais, sobretudo a partir da década de 70.

Sendo assinadas por Bispos ou não, apresentadas por eles ou não, nota-se uma unanimidade que tem origem nas fontes que respaldam as afirmações que são feitas acerca do que se está chamando “Voto consciente” (Anexo 2).

Em três casos, acentuam-se os aspectos éticos e morais em questão:

“A política não pode basear-se na mentira, mas na verdade. Não pode cassar os cidadãos, mas aceitar que participem. Estes valores a Igreja prega, defende e os exige na vida política. A Igreja contribui para promover os valores que devem inspirar a

política..., e o faz mediante seu testemunho, sua doutrina e sua multiforme ação pastoral” (Uberaba).

“A Igreja se posiciona, outrossim, contra o aborto e o divórcio, sendo portanto a favor da vida e do matrimônio indissolúvel. Nesse sentido ela será sempre conservadora” (Florianópolis).

“A consciência cristã, esclarecida à luz de princípio deverá definir-se na escolha responsável, à hora de votar, sobre o que deseja para o futuro Brasil” (Aparecida).

Obs.: Na Cartilha da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a justificativa para o engajamento político do cristão aparece fundamentada nas passagens bíblicas. Não aparecem documentos da Igreja ou citações de Bispos ou Pastores.

Nos outros casos, que são 16 sobre os 22 consultados para ilustração, vamos destacar:

política partidária é competência dos leigos;

“A política partidária é competência dos leigos” (D. Paulo Evaristo Arns).

“Os padres e religiosos não devem militar ativamente em nenhum partido político” (D. Rino Carlesi).

As lideranças leigas não devem assumir cargo em partidos;

“Por isso, para não criar confusão no meio da comunidade eclesial e para não haver exploração por parte dos partidos, desaconselho que os líderes das CEB's assumam cargos de direção nos partidos” (D. Rino Carlesi).

A Igreja não deve ser partidária. Sua participação restringe-se à orientação crítica dos fiéis para que votem conscientemente e nunca deve dizer-se explicitamente para votar neste ou naquele partido:

“O povo que participa das comunidades sabe que a comunidade é um pequeno núcleo da Igreja como as células de um mesmo corpo... A comunidade não é um partido político. Na comunidade o cristão é livre para escolher os partidos e os candidatos que mais chegam perto dos interesses do povo” (Juazeiro-BA).

A Igreja estimula os leigos à participação na vida partidária e aconselha à comunidade a apoiar os que escolhem essa forma de participação;

“Se eu entendi, cumpadre, quer dizer que os pequenos precisam enfrentar a política, mesmo botando um do nosso meio para ser candidato? Será que ele não vai fazer como os outros? Acontece, cumpadre, que essa pessoa que a gente botar tem que ser uma pessoa que participe de nossas reuniões e seja aceita por todos. Sendo do nosso meio, é fácil refletir com ela quando o seu proceder não estiver certo” (NE I).

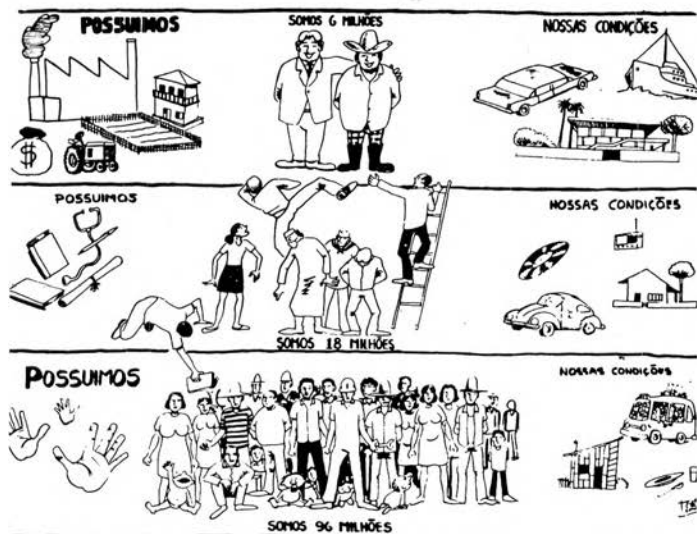
Voto é opção de cada um e a candidatura, a militância, a filiação, a simpatia por este ou aquele partido nunca deve envolver a Igreja e a comunidade da qual o fiel faz parte;

“O leigo encontra na Doutrina Social da Igreja as razões do Evangelho para a política. A hierarquia lhe garantirá solidariedade, favorecerá sua formação e estimulará sua criatividade para que trabalhe para o bem comum e as necessidades dos mais fracos” (Sul III).

“A Igreja não tem ambições nem pretensões em política partidária. Nem é também aquela instituição que interpreta as aspirações partidárias ou serve de mediadora para este ou aquele grupo” (NE II).

A Igreja estimula a organização da sociedade civil, exortando os fiéis a integrem-se em entidades representativas, sindicatos, associações de moradores, clubes de mães, movimentos contra a carestia, partidos, pois é necessária uma mudança das estruturas existentes. O anúncio e a construção do Reino de Deus se expressa na busca e realização do Bem Comum;

“A gente vai mudar essa situação através da união e da organização nos sindicatos, nas comunidades e nos grupos de evangelização. A gente tem que estimular as nossas pequenas organizações como comissões de fábrica, grupos de jovens, grupos de trabalhadores etc....” (Parafba – Educação Política 2).



"O povo tem que participar. Não é possível que somente alguns tenham o direito de falar. Não é só o doutor que entende de vida. O povo entende até mais porque tem mais necessidade. O povo tem cabeça para pensar. O que devemos fazer é buscar juntos o bem comum, aquilo que nós queremos e achamos justo. Este é o papel do Cristão" (Sul II).

Apóia-se a participação do leigo na luta partidária, pois este é um modo de promover o bem comum, mas, afirma-se que há política e política;

Existe política no sentido maior e no sentido menor. Política no sentido maior é a Política com "P" grande. Quer dizer luta pelo bem comum, cuidado com o que é de todos, sem prejuízo para ninguém. Neste sentido, todo mundo é político. Política com "p" pequeno é a política partidária, lembra partido e partido lembra "parte". Isto quer dizer que o povo se organiza em partes. O ideal é que todas as partes juntas lutem pela participação de todos na administração do Bem Comum" (NE I).

É sempre na comunidade da Igreja que o fiel vai encontrar elementos éticos e morais de julgamento para sua atuação;
"De fato a necessidade da presença da Igreja no meio político provém do mais íntimo da fé cristã porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana" (Sul III).

A união é uma constante como elemento fundamental do compromisso político;
"A união é importante. Um time de futebol não é um jogador sozinho, para conseguir a vitória é necessário que todos os jogadores trabalhem e lutem juntos. Vista a camisa do seu bairro, da sua favela, do seu sindicato. Organizados em associações se consegue muita coisa para a comunidade. Conseguimos colocar luz, impedir remoções, postos médicos, creches, água, controlar maus políticos. Pra você sozinho tudo é mais difícil. Sindicalizado você cresce, sindicalize-se" (Rio de Janeiro).

A situação de vida das camadas populares é cada dia mais grave, portanto é preciso mudar. A política atual não está resolvendo a situação descrita;



Rio de Janeiro

"O cristão tem que atuar nos partidos. Em nome de sua fé ele tem a missão de buscar a transformação da sociedade. ...Muitas vezes ajudamos a manter a situação de escravidão. ...Muitas vezes ajudamos a reformar as coisas sem atingir as raízes. Muitas vezes ajudamos a transformar a situação de escravidão e assim estamos construindo a fraternidade, a liberdade" (Paraíba, caderno 1).

É nesse sentido que as oposições aparecem como alternativa:

"...Nosso País caminha política, econômica e socialmente como querem os que estão no governo, a quem chamamos de Situação. Quem acha que esta maneira de ser do País está boa, agrupa-se num dos partidos que lutam para manter a situação. E quem acha que dessa maneira que aí está o País só pode caminhar para pior, agrupa-se em Partidos da Oposição, tentando mudar para melhor" (Sul II).

"Não se pode aceitar a marginalização. O documento Exigências Cristãs diz o que é ser marginalizado: "É receber salário injusto, é ser privado de instrução, de atendimento médico, de crédito, é passar fome, é ser privado da terra (...) é sobretudo poder libertar-se destas situações (nº 23).

As eleições futuras têm de nos dar a possibilidade de renovar os dirigentes do País, pacífica e democraticamente para a mais alta e benéfica decisão política: libertar as massas pobres e marginalizadas, fazendo prevalecer suas justas aspirações" (Exigências Cristãs, nº 21 in Consciência Política, Uberaba, 1982).



Caderno 2, Vitória, ES

Anexo I AS CARTILHAS QUE ESTUDAMOS PARA ESTE ARTIGO

ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. Centro de Documentação e Publicações Populares. *A Igreja e a política*. João Pessoa, 1982. 50 slides color. ≠ roteiro.

O roteiro em questão é encontrado na Cartilha Educação Política nº 1 (p.22-28) da mesma Arquidiocese.

———. *A política do tempo de Jesus e a política de hoje*. João Pessoa, 1982? 27p. Trata-se de folheto de Cordel.

———. *Educação Política*. João Pessoa, 1982. 3v., il.

ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. Grupo de Trabalho de Pastoral Política. *Igreja; Política; Fé*. Florianópolis, 1982. 11p.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Fé e Política: povo de Deus e participação política*. São Paulo, 1981. 69p., il + 50 slides color.

ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA. *Igreja e participação na sociedade*. Goiânia, 1982. 8p., il. Trata-se de encarte da Revista da Arquidiocese, v.25, nº 6 (p.1-8) de junho de 1982.

ARQUIDIOCESE DE UBERABA. *Consciência política: reflexão para cristãos em época de eleições*. 2.ed. Uberaba, 1982. 20p.

ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA. *Bate papo sobre política*. Vitória, 1980-1. 2v., il.

ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO. Comissão Pastoral de Favelas. *O que eu posso fazer? subsídios para a formação de uma consciência cívica*. Rio de Janeiro, 1982. 31p., il.

CNBB. Regional NE I. *Cartilha de educação política*. Fortaleza, 1982. 45p., il.

———. Regional NE II. *Educação Política — um caminho para a libertação: manual do animador*. Recife, 1982, 97p., il.



Goiás

———. Regional Sul 2. *Caderno de Educação Política-1*. Curitiba, 1981. 48p.

DIOCESE DE BALSAS. CPT Maranhão. *Cartilha política à luz do evangelho*. 2.ed. Balsas, 1982. 35p., il.

DIOCESE DE BARRA DO PIRAI-VOLTA REDONDA. *Comunicação pastoral sobre "Tempos de Eleições"*. Volta Redonda, 1982. 6p.

DIOCESE DE GOLÁS. *Cartilha Política do Povo: política e democracia*. Goiás, 1982? 15p., il.

DIOCESE DE JUAZEIRO. *A História do Zé Brasil*. Juazeiro, 1982. 52 slides color. + roteiro mimeografado.

———. *Política: a luta de um povo*. Juazeiro, 1981. 46p., il.

Trata-se de uma cartilha elaborada pela diocese de Juazeiro, acompanhada de uma série de slides denominada A História do Zé Brasil, e uma série de cartazes que também compõem este conjunto didático sobre Educação Política.

DIOCESE DE SÃO MATEUS. *A força do povo: roteiros de reflexão*. São Mateus, 1982. 57p., il.

MEB-CEARÁ. *Cartilha de educação política*. s.l., 1981. 32p., il.

MEDEIROS, Eugênio Dantas de. *É bom votar consciente*. Crato, MEB, 1981. 12p. Trata-se de folheto de Cordel.

O QUE é política, partido e a atual reformulação partidária? São Paulo, CEPIS/CPV, 1980. 23p., il. (Cadernos de Educação Popular; 3).

POLÍTICA e eleições: o que dizem os Bispos da Província Eclesiástica de Aparecida. *Santuário de Aparecida*, Aparecida, s.n., s.d. suplemento.

Anexo 2 AS FONTES DE CONSULTA QUE APARECEM NAS CARTILHAS

A EVANGELIZAÇÃO no presente e no futuro da América Latina (Puebla: conclusões)...

ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. Grupo de Pastoral Política. *Igreja; Política; Fé*. Florianópolis, 1982. 11p.

ARQUIDIOCESE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO. CPT. *Eleitos por quem?* São Luís...

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Fé e Política: povo de Deus e participação política*. São Paulo, Editora Pensa, 1981.

ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA. *Bate-Papo sobre política*. São Paulo, Paulinas, 1981.

ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO. Comissão Pastoral de Favelas. *O que eu posso fazer?* subsídios para a formação de uma consciência cívica. Rio de Janeiro, 1982. 31p., il.

BIGO, Pierre & BASTOS DE ÁVILA, Fernando. *Fé cristã e compromisso social*. São Paulo, Ed. Paulinas,...

BOLETIM NACIONAL DA CPT. Goiânia.

CADERNOS DO CEAS. Salvador, nº 64, nov./dez. 1979.

CNBB. *Exigências cristãs de uma ordem política*. Itaiç, 1977.

———. *Igreja e política*. subsídios teológicos. São Paulo, Ed. Paulinas, 1974. 54p.

———. *Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política*. 1981.

———. *Subsídios para uma política social*. Brasília, 1979.

———. Regional Sul IV. *A Igreja em Santa Catarina e a conjuntura sócio-política*. Urussanga, 1981.

COMPÊNDIO Vaticano II. Petrópolis, Vozes,...

CONCLUSÕES de Medellín. São Paulo, Ed. Paulinas,...

CPT-MA. *Economia, política e ideologia*. São Luís, 1980.

———. *Lavradores vida nova*. São Luís, 1980-1.

———. *O Brasil é feito por nós: preparação para as eleições-1978*. s.l., 1978? 24p., il.

DIOCESE DE JUAZEIRO. *Cartilha de Educação Política*. Juazeiro, 1981.

DIOCESE DE SÃO MATEUS. *A democracia: subsídios pastorais relativos às prioridades*. São Mateus, 1980. 45p., il.

———. & ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA. *Exigências cristãs de uma ordem política* (versão popular) s.l., 1977. 31p., il.

DIOCESE DE SOBRAL. *Exigências Cristãs de uma Ordem Política*: doc. adaptado aos grupos e comunicados. Sobral, 1972.

DOCUMENTO DE PUEBLA...

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *A questão democrática e o trabalhador rural*. São Paulo,...

FNT. *A história do voto no Brasil*. São Paulo, s.d. 32p., il. (Cadernos de Formação, Sér. Debates; 3)

———. *Eleições: voto de trabalhador*. São Paulo, s.d. 32p., il. (Cadernos de Formação: Sér. Debates; 3)

———. *Partidos políticos: debate*. São Paulo, 1980. 36p.

GRITO NO NORDESTE. Recife, nº 46, abr./jun. 1978.

IBRADES. *Panorama geral da situação brasileira e a Igreja nesse contexto...*

JOÃO PAULO II, Papa. *A palavra de João Paulo II no Brasil*. São Paulo, Ed. Paulinas,...

———. *Fala aos operários do México*.

———. *Pronunciamentos do Papa no Brasil*. Petrópolis, Vozes,...

JOÃO XXIII, Papa. *Pacem in Terris...*

PAULO VI, Papa. *Populorum Progressio...*

———. *Octogesima adveniens...*

PRELAZIA DE BALSAS. *Cartilha política à luz do Evangelho*. 2.ed. Balsas, 1981, 35p., il.

———. *É tempo de eleições*. Balsas, 1976.

PROMOÇÃO PASTORAL DOS BISPOS DO CEARÁ. *ABC das eleições: esclarecimento ao povo de Deus*. Fortaleza, 1978. 23p.

PROVÍNCIA ECLESIASTICA DO CEARÁ. *Relatório do Encontro da Meruoca*. 1979.

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Petrópolis, nº 157, mar. 1980.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL. *O bem comum*. Natal, 1974. 48p. (Coleção de Educação Política; 74).

SPDDH. *As eleições estão chegando*. Belém,...

VATICANO II. *Gaudium et spes...* Além de reuniões populares locais.



Rio de Janeiro

Uma palavra do Colégio Episcopal da Igreja Metodista sobre as ELEIÇÕES DE NOVEMBRO

Em sessão regular os bispos da Igreja Metodista no Brasil, produziram um documento sobre as eleições onde afirmam a necessidade de uma participação maior dos membros da igreja no processo político.

Ao povo chamado Metodista no Brasil, Graça e Paz!

1. “A Igreja Metodista reconhece que é sua tarefa docente capacitar os membros de suas congregações para o exercício de uma cidadania plena” (*Credo Social*, seção IV, item 1, p. 9).

2. “O propósito primordial dessa missão é servir ao Brasil através da participação ativa do povo metodista na formação de uma sociedade consciente de suas responsabilidades” (*Credo Social*, seção IV, item 2, p. 9).

3. Neste ano eleitoral de 1982 vivemos o clima de abertura democrática, projeto desenvolvido pelo Presidente João Batista Figueiredo, após o País ter vivido dezesseis anos sob leis de exceção que não serviam ao povo brasileiro. O regime vigente naquele período permitiu no âmbito da sociedade política o abuso do poder, com flagrante desrespeito aos direitos humanos por parte dos órgãos de segurança, o obscurantismo cultural pela ação da censura, a corrupção crescente nos diferentes níveis da sociedade, ao lado do rebaixamento do papel dos poderes legislativo e judiciário. No âmbito da sociedade civil, viu-se o incremento de projetos gigantescos por parte dos governos, enquanto as verbas destinadas à saúde e à educação diminuíram cada vez mais; o quase total controle da economia pelas empresas estatais e pára-estatais e outras anomalias que, presentes no projeto econômico, provocaram consequências graves que recaíram principalmente sobre população de baixa renda. O subemprego, os bóias-frias, a mortalidade infantil, o êxodo rural, a inchação das favelas, o crescimento dos bolsões de pobreza na periferia dos grandes centros urbanos, a pauperização crescente da classe média pela retomada

das altas taxas de inflação tornaram-se realidades incontestáveis em nossa sociedade, apesar de todo o desenvolvimento econômico que o País experimentou.

4. Devemos reconhecer, também, que, apesar do regime autoritário vigente, houve considerável avanço no chamado Movimento Popular — reativação da organização e da luta sindical, através de movimentos reivindicatórios de várias categorias profissionais, inclusive com a realização de greves de grande repercussão nacional; a organização e o desenvolvimento das associações de moradores e amigos de bairros nos centros urbanos; a ação do movimento estudantil; as cooperativas independentes; a participação consciente de comunidades cristãs na defesa dos interesses populares, tais como o movimento contra o aumento do custo de vida — que colocou para o País a exigência da abertura política. A democratização, portanto, não pode ser encarada apenas como uma outorga dos governos dos Presidentes Geisel e Figueiredo, mas também como resultado dos esforços, da luta e da pressão do movimento popular. Era necessário, para a estabilidade do poder, que algumas concessões fossem feitas, evitando-se, assim, confrontos de graves consequências.

5. Como resultado da abertura política, houve a reorganização dos partidos políticos, inclusive com a integração de brasileiros atingidos pelos atos institucionais, que puderam retornar à vida política do País graças à anistia que, não sendo ampla, geral e irrestrita, beneficiou a uma grande maioria dos cassados e dos presos políticos. Com a revogação dos Atos Institucionais, em que pesem as salvaguardas, e com a volta do pluripartidarismo, o processo de democratização do País deveria avançar para a convocação de eleições gerais, livres e diretas, que pudessem pro-

porcionar a reorganização política do povo brasileiro. Isto ainda não foi possível já que o cargo mais estratégico da vida política do País, a Presidência da República, ainda é preenchido por via indireta. A Nação está a exigir uma constituição que, entre outras providências, estabeleça a criação de canais adequados de ação política a fim de que o povo brasileiro possa eleger livremente o seu governo em todos os níveis da vida nacional (*Credo Social*, seção IV, item 4, letra a).

6. Deve-se, porém, ressaltar o fato de que tais eleições não poderiam ser consideradas como o clímax do processo de democratização do País. Elas deveriam ser um passo importante para a verdadeira alternativa do poder político. As próximas eleições, entretanto, serão realizadas ainda sob grandes restrições que não permitirão a manifestação plena da vontade popular, especialmente devido aos sucessivos “pacotes eleitorais” impostos pelo governo ao Legislativo.

7. Ainda assim, como Igreja Metodista, devemos elogiar e nos solidarizar com o Presidente Figueiredo, enquanto ele efetivamente investir seus recursos políticos na redemocratização do País, ampliando até aos limites máximos a abertura política. A abertura política, portanto, dadas as suas implicações positivas em todas as áreas da vida nacional, é benfazeja aos cidadãos de todas as classes sociais.

8. A Igreja Metodista afirma em seu *Credo Social*: “*Cremos No Reino de Deus e na justiça* que envolve toda criação chamando todos os homens e mulheres a se receberem como irmãos e irmãs, participando em Cristo da nova vida de plenitude” (*Credo Social*, seção II, item 5, p. 4). Assim sendo, consideramos que o clímax do processo de redemocratização dar-se-á somente quando houver ampla participação popular nas decisões que determinam o destino do povo brasileiro. Cremos que tal participação popular pressupõe a existência de partidos políticos, de movimentos e de entidades que legitimamente representem o povo. Daí condenarmos todo o casuísmo que impede a plena manifestação da vontade popular nas próximas eleições.

9. Nosso *Credo Social* ainda afirma: “Cremos que ao Senhor pertence a terra e sua plenitude, o mundo e todos os que nele habitam; por isso proclamamos que o pleno desenvolvimento humano, a verda-

deira segurança e ordens sociais só se alcançam na medida que todos os recursos técnicos e econômicos e os valores institucionais estão a serviço da dignidade humana na efetiva justiça social” (*Credo Social*, seção II, item 10, p. 5). Logo, só acreditamos naquela democracia que garanta os direitos fundamentais de todos os cidadãos, o desenvolvimento econômico e técnico dirigido ao bem-estar coletivo e a uma justa distribuição da riqueza nacional que beneficie principalmente a classe trabalhadora. Chamamos, ainda, atenção para o grave problema da terra, tanto no campo como na cidade, e que reclama urgente e justa solução que garanta, acima de tudo, a dimensão social do uso da terra.

10. Sobre o discernimento das realidades que requerem nossa responsabilidade o *Credo Social* afirma: “A reconciliação do homem em Jesus Cristo torna claro que a pobreza escravizadora em um mundo de abundância é uma grave violação da ordem de Deus; a identificação de Jesus Cristo com os necessitados e com os oprimidos, a prioridade da justiça nas Escrituras proclamam que a causa dos pobres do mundo é a causa dos seus discípulos. A pobreza de imenso contingente da família humana, fruto dos desequilíbrios econômicos, de estruturas sociais injustas, da exploração dos indefesos, da carência dos conhecimentos, é uma grave negação da justiça de Deus. As excessivas disparidades sociais, culturais e econômicas negam a justiça e põem um perigo a paz, exigindo intervenção competente com o planejamento eficaz para vencê-las. É injusto aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes confirmando a miséria dos pobres e oprimidos. Os programas para aumentar a renda nacional precisam criar distribuição equitativa dos recursos, combater discriminações, vencer injustiças econômicas e libertar o homem da pobreza” (*Credo Social*, seção VI, item 5, letras d, e, f, g). Por isso, condenamos a acumulação de renda em processo no País, absolutamente incompatível com os mais elementares princípios de dignidade humana e que tem provocado um processo de empobrecimento quase absoluto de milhões de brasileiros.

11. Como cristãos metodistas somos instados por estas realidades sociais, políticas e econômicas, e pela convicção de que, no poder do Espírito Santo, o Reino de Deus pode e deve ser sinalizado no mundo presente, a aderir à causa dos pobres,

oprimidos e injustiçados, estendendo nosso braço de solidariedade a todas as pessoas, movimentos e instituições com o mesmo fim.

12. Como instituição eclesial, a Igreja Metodista não tem nem pretende contrair vínculos partidários. O nosso compromisso não é com quaisquer partidos políticos, mas com o Senhor Jesus Cristo e com o povo ao qual nos chama a servir. Estendemos, contudo, nossa apreciação aos partidos que são movidos em sua prática concreta pelos mesmos objetivos e critérios de nossa consciência como Igreja de Cristo. Também consideramos importante o apoio da Igreja a todos os movimentos que visam à melhoria das condições de vida das comunidades locais e das diversas categorias profissionais.

13. Nossa participação política em termos partidários dar-se-á através dos membros leigos do povo chamado metodista, que são guiados pelos princípios evangélicos e do movimento de João Wesley, nosso insigne fundador, que a seu tempo propugnava pela defesa do direito dos desfavorecidos ao lado de um profético anúncio da Palavra de Deus, visando a totalidade da existência humana.

14. Aos pastores e pastoras metodistas em atividade com nomeação episcopal não cabe o exercício de militância política partidária. Ao ministério ordenado da Igreja Metodista cabe a tarefa de apoiar e sustentar pastoralmente a ação e a reflexão política dos membros leigos, visando a ajudá-los a concretizar na prática política partidária a mensagem do Reino de Deus e de sua justiça. Os pastores e pastoras metodistas que se sintam chamados a exercer atividade política partidária, inclusive através de cargos eletivos, solicitarão ao seu Conselho Regional a disponibilidade no período em que estiverem exercendo tal atividade, incluindo o período de candidatura, obedecendo as disposições canônicas.

15. Como cristãos metodistas, somos chamados a servir à Nação Brasileira através de nossa participação ativa na construção de uma sociedade democrática, onde se garanta a participação de todos os setores da sociedade no processo de decisão e nos resultados do desenvolvimento econômico. Consideramos que as eleições de novembro próximo poderão contribuir para a caminhada na direção deste objetivo. Por isso, exortamos os metodistas a

delas participarem conscientemente, levando em conta as seguintes providências:

a) estudo e discussão dos programas mínimos dos diferentes partidos políticos, procurando identificar aqueles que se harmonizam com os ensinamentos de nossa Igreja e que efetivamente desenvolvem sua ação comprometidos com o avanço da democracia brasileira;

b) identificação, através do debate democrático, dos candidatos comprometidos com as necessidades e prioridades populares, cujas candidaturas sejam a expressão da vontade de setores amplos da população, e que não se tenham candidatado por interesses outros que não o do bem-comum;

c) conhecimento mínimo do processo eleitoral visando a evitar-se toda e qualquer manipulação do voto popular;

d) conhecimento mínimo das responsabilidades inerentes a cada cargo eletivo;

e) o voto não deve e não pode de forma nenhuma ser vendido ou trocado por favores pessoais a quem quer que seja;

f) o templo e as demais dependências das igrejas locais não podem ser usados para atividades políticas partidárias de qualquer espécie; especialmente deve-se evitar pronunciamentos de candidatos no momento do culto público ou de reuniões específicas da Igreja, tais como a Escola Dominical.

16. Finalmente, exortamos a Igreja Metodista a dedicar a próxima Semana da Pátria à realização de uma corrente de oração em favor do País, intercedendo ao Senhor especialmente pelas eleições de novembro deste ano.

“Bem-aventurado é o povo cujo Deus é o SENHOR!”

Chácara Flora, 16 de abril de 1982

Bispo Sady Machado da Silva,
presidente do Colégio Episcopal
da Igreja Metodista

Bispo Messias Andrino

Bispo Moacyr Louzada Machado

Bispo Nelson Luiz Campos Leite

Bispo Paulo Ayres Mattos

Bispo Richard Santos Canfoeld